

Série Mídia e Mobilização Social

Cidadania Antes dos 7 Anos

a educação infantil e
os meios de comunicação

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

PRESIDENTE

Regina Festa

DIRETOR DE PLANEJAMENTO

Marcus Fuchs

DIRETOR-EDITOR

Veet Vivarta

EDITORA DE ANÁLISE DE MÍDIA

Patrícia Andrade

CONSULTOR DE PESQUISA E ESTATÍSTICA

Guilherme Canela

SDS Ed. Boulevard Center, Bloco A, Sala 101

70391-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 322-6508 | Fax: (61) 322-4973

E-mail: analisedemidia@andi.org.br

Site: www.andi.org.br

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 317 Perdizes

05009-000 – São Paulo SP

Fone.: (11) 3864-0111 | Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

Site: www.cortezeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cidadania antes dos 7 anos : a educação infantil e os meios de comunicação. / coordenação Veet Vivarta – São Paulo : Cortez, 2003. – (Série mídia e mobilização social ; v. 2)

Várias editoras.

Apoio: Ministério da Educação, Instituto Ayrton Senna.

ISBN 85-249-0911-0 (Cortez)

1. Cidadania 2. Comunicação de massa – Aspectos sociais
3. Educação de crianças 4. Jornalismo – Aspectos sociais I. Vivarta, Veet. II. Título: A educação infantil e os meios de comunicação III. Série.

03-0320

CDD-070.449370

Índices para catálogo sistemático:

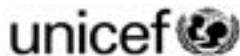
1. Educação infantil : cobertura jornalística 070.449370

Série Mídia e Mobilização Social

Cidadania Antes dos 7 Anos

a educação infantil e
os meios de comunicação

Realização:



**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**



Ficha Técnica

SÉRIE MÍDIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL – Vol. 2

Cidadania Antes dos 7 Anos – a educação infantil e os meios de comunicação

REALIZAÇÃO

ANDI / Unicef / Cortez Editora

APOIO

MEC / Fundação Orsa / Instituto Ayrton Senna

EDIÇÃO

Patrícia Andrade

TEXTO

Cynthia Garda

PRODUÇÃO

Coordenação: **Ana Flávia Flôres**

Assistentes: **Emília Boudens, Ane Lima, Rubenita Correa**

REVISÃO

Lourenço Flores

CLIPAGEM E CLASSIFICAÇÃO

Coordenação Geral: **Patu Antunes e Pedro Ivo Alcântara**

Assistentes: **Adriano Duarte, Alaise Beserra, Ana Sales, Antônia Amélia, Bruno de Sá, Deilson Vogado, Eduardo Tavares, Érika Nunes, João Rodrigo, Leandro Ferreira, Magda Dias, Márcia Lima, Renato Farias.**

CONSULTORIA ESTATÍSTICA

Sub-coordenação: **Railssa Peluti Alencar**

Assistentes: **Diana Teixeira Barbosa e Márcia Teixeira Barbosa**

Processamento de Dados: **Paulo Marcello Marques**

DIRETÓRIO DE FONTES

Dados do item “Organizações” compilados e adaptados do guia *Fontes em Educação Infantil* (Fundação Orsa, Unesco e Cortez Editora)

Coordenação e edição dos demais dados: **Raquel Raw**

Coleta dos demais dados: **Cecília Brandim, Maria José de Oliveira e Maristela do Amaral Pessôa**

PROJETO GRÁFICO

Tool Box Produções Ltda

DIAGRAMAÇÃO

André Nóbrega

FOTOGRAFIAS (Capa e páginas internas)

Mila Petrillo/Unicef

FOTOLITO

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

XXXXXXXXXXXX

DISTRIBUIÇÃO E VENDAS

Cortez Editora

TIRAGEM

5 mil exemplares

As opiniões e análises que integram o presente volume são de responsabilidade exclusiva da ANDI e dos autores dos artigos. É permitida a reprodução de trechos desta publicação, desde que citada a fonte.

Sumário

○	Uma Apresentação	8	<i>A série Mídia e Mobilização Social busca instrumentalizar jornalistas, fontes de informação e estudantes universitários</i>
○	Introdução	11	<i>A Educação Infantil deve ser compreendida como um dos principais pilares do processo de desenvolvimento das crianças</i>
①	Leis e Gestão	23	<i>O Brasil passou por uma grande mudança na legislação, com impacto direto sobre a forma de organizar creches e pré-escolas</i>
②	Acesso aos Espaços de Educação	49	<i>Uma discussão qualificada sobre Educação Infantil não pode se limitar a inaugurações de estabelecimentos e disputas por vagas</i>
③	Questões Pedagógicas	71	<i>É tarefa de creches e pré-escolas, com a participação da família, organizar ações para estimular o desenvolvimento das crianças</i>
④	Comportamento Editorial	93	<i>O debate sobre Educação Infantil ainda não se consolidou nas redações do País. Em alguns estados, predomina a visão oficial</i>
⑤	Para Saber Mais	107	<i>Um roteiro com os principais termos do universo de Educação Infantil e indicações de fontes de informações</i>
○	Consultores da Pesquisa	144	<i>O perfil dos especialistas que participaram do Grupo de Análise de Mídia em Educação Infantil</i>
○	Entidades Parceiras	146	<i>As instituições que contribuíram na elaboração deste projeto</i>

Mídia e Mobilização Social – Uma Apresentação

A série *Mídia e Mobilização Social* é resultado da experiência que a **ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância** acumula desde 1992, quando passou a desenvolver um conjunto de estratégias direcionadas à expansão da presença de temáticas associadas à infância e à adolescência na pauta dos meios de comunicação brasileiros.

Ao mesmo tempo, esta série de livros representa a possibilidade de a ANDI e seus parceiros avançarem de forma mais objetiva no processo de instrumentalizar jornalistas, comunicadores, fontes de informação e estudantes universitários para a prática de um jornalismo socialmente responsável e alinhado com os principais parâmetros do desenvolvimento humano.

A imprensa e os desafios da agenda social

Por uma feliz sincronicidade, esta série chega ao público num momento em que a conjuntura política e social do País exige da mídia uma cobertura não apenas mais abrangente e plural, mas também muito mais qualificada.

Por outra sincronicidade, nada feliz, estes livros e os desafios colocados pela agenda do governo federal – que se propõe a alavancar o resgate de significativa parcela de nossa dívida social – vão encontrar fragilizada a maioria das empresas de comunicação e suas redações, vitimadas por um grave contexto recessivo. Além dos repetidos cortes de pessoal e conseqüente sobrecarga de trabalho, as redações ainda lutam contra outros dois sérios limites: uma formação do corpo profissional apoiada em currículos acadêmicos quase sempre defasados de uma perspectiva nacional mais ampla, e o despreparo resultante do hábito perverso, enraizado ao longo das últimas décadas, de considerar a pauta social como sendo bem menos relevante, do ponto de vista jornalístico, do que a de política ou de economia.

Por uma nova cultura jornalística

Isso não significa que falem exemplos de bom jornalismo social na imprensa brasileira. A ANDI, que acompanha muito de perto o trabalho dos meios de comunicação das diversas regiões do País, regularmente tem a oportunidade de registrar a veiculação de expressivas contribuições da imprensa para o enfrentamento das mazelas que colocam em risco o desenvolvimento de

nossas crianças e adolescentes. O problema é que na maior parte das vezes essas matérias ainda são mais o resultado de esforços individuais do que de linhas editoriais consolidadas.

Para que a imprensa venha a desempenhar com eficiência o papel que lhe cabe no processo de construção de um País menos vulnerabilizado pelas injustiças sociais, será necessário que se cristalice – não apenas na redações, mas já nas universidades – uma cultura jornalística suficientemente madura para pensar as questões inerentes ao desenvolvimento humano como abordagem transversal à cobertura oferecida a todas as grandes temáticas nacionais.

O poder da informação

Cada um dos volumes que compõem a série *Mídia e Mobilização Social* teve como ponto de origem uma análise aprofundada, de cunho quanti-qualitativo, sobre o tratamento editorial dado pela imprensa brasileira a um determinado tema central para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Essas análises de mídia, elaboradas por equipes que reúnem profissionais de jornalismo e consultores especializados nas áreas em foco, não somente reconhecem os méritos e diagnosticam os principais problemas da cobertura, mas também procuram apontar caminhos para uma maior qualificação do trabalho do profissional de imprensa e mesmo do estudante de Comunicação Social.

A ANDI e seus parceiros reconhecem ainda ser fundamental a criação de uma cultura de co-responsabilidade pela qualidade da informação pública. Por isso, o presente volume, como os demais da coleção *Mídia e Mobilização Social*, contempla diretamente aspectos relacionados ao papel das fontes de informação na produção da notícia. Tanto quanto os jornalistas, esses atores sociais – governamentais, do setor privado ou da sociedade civil – são entendidos ao longo das próximas páginas como personagens prioritários no processo de democratização e de qualificação da informação – elementos essenciais na construção de consciências e de um estado permanente de mobilização transformadora.

Por todas estas razões, *Mídia e Mobilização Social* pretende ser uma nova contribuição aos avanços que a imprensa brasileira já tem conquistado no sentido de que crianças e adolescentes sejam o centro da pauta do desenvolvimento humano.



Introdução

A Educação Infantil é um dos principais pilares do processo de desenvolvimento das crianças. Deixar de priorizá-la é desperdiçar um imenso potencial humano



OS SEIS PRIMEIROS ANOS SÃO FUNDAMENTAIS NA VIDA DE UMA CRIANÇA. TRATA-SE DE UMA FASE DECISIVA PARA QUE MENINOS E MENINAS DESENVOLVAM SUAS HABILIDADES LÓGICAS, MUSICAIS, COMUNICATIVAS, EMOCIONAIS, MOTORAS E DE CONVÍVIO SOCIAL. JÁ NÃO EXISTEM DÚVIDAS ENTRE OS ESPECIALISTAS DAS MAIS VARIADAS CORRENTES CIENTÍFICAS DE QUE É PRECISO GARANTIR A TODAS AS CRIANÇAS O ACESSO ÀS CONDIÇÕES E AOS ESTÍMULOS NECESSÁRIOS PARA QUE ATINJAM UMA FORMAÇÃO PLENA NESSE PERÍODO TÃO CHEIO DE MUDANÇAS. AS CONCLUSÕES DE NEUROLOGISTAS, PSICÓLOGOS E PEDAGOGOS SOBRE AS IMENSAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DURANTE OS SEIS PRIMEIROS ANOS DE VIDA INSPIRARAM LEIS E TRATADOS CUJA MISSÃO É FAZER COM QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATENDAM A ESSA FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO.

NO BRASIL, O PRIMEIRO PASSO FOI DADO COM A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, QUE DEFINIU A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM DIREITO DA CRIANÇA. NA PRÁTICA, ISSO SIGNIFICA QUE O ACESSO A CRECHES E PRÉ-ESCOLAS É PARTE DO DIREITO DE TODO BRASILEIRO DE DESENVOLVER SUAS CAPACIDADES E NÃO APENAS UM LOCAL SEGURO NO QUAL OS PAIS POSSAM DEIXAR OS FILHOS ENQUANTO TRABALHAM. CONTRIBUIR COM OS ESFORÇOS PARA QUE ESTA GARANTIA LEGAL SEJA REALMENTE CUMPRIDA NO DIA-A-DIA DO PAÍS É UMA TAREFA DA QUAL A IMPRENSA BRASILEIRA NÃO PODE SE FURTAR.

A mudança de ótica inaugurada pela Constituição de 1988 foi reforçada com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e por leis que definiram metas para a educação dos brasileiros de zero a seis anos – um universo de 23,1 milhões de meninos e meninas, segundo o último Censo do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2000 (veja o capítulo “Leis e Gestão”, na página 23).

Com o Estatuto, por exemplo, as escolas deixaram de ser as únicas responsáveis pela educação das crianças. Pais, estudantes e a comunidade passaram a ter o direito e o dever de se envolver nas questões relacionadas com o processo educacional.

O novo arcabouço legal também determina que se deve priorizar o atendimento das crianças de famílias de menor renda nas instituições públicas. Tal prioridade não pode caracterizar uma ação “pobre para os pobres”, sob pena de o País continuar reproduzindo a visão assistencialista que, por décadas, ditou as regras da educação na primeira infância.

Aprender desde cedo

A concepção de que é preciso dar uma formação de qualidade às crianças de zero a seis anos vem ganhando cada vez mais força no mundo inteiro. Em 1990, representantes de 183 países assinaram em Jomtien, na Tailândia, um dos documentos mais significativos do século 20: a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*. Nela, há o reconhecimento de que a aprendizagem começa com o nascimento.



É pobre a ação da mídia impressa brasileira na cobertura da Educação Infantil. No ano 2000, os 49 jornais de 24 capitais que a ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância acompanha diariamente publicaram 19.619 reportagens, editoriais e artigos sobre educação de crianças e adolescentes. Mas apenas 769 textos – ou 3,92% do total – tinham como foco central a faixa etária de zero a seis anos. Os resultados da pesquisa qualitativa e quantitativa intitulada *Mídia e Educação Infantil* estarão expostos ao longo deste livro.



Já em 2002, esses 49 jornais dedicaram um espaço um pouco maior ao tema da Educação Infantil. De janeiro a junho, publicaram cerca de 500 matérias sobre o universo das creches e pré-escolas – 5% do total de reportagens sobre Educação de crianças e adolescentes veiculadas no mesmo período.

Daí a necessidade de que essas crianças freqüentemente estabeleçam espaços específicos de Educação Infantil, onde o essencial não são ambientes cheios de mesas e cadeiras. O mais importante é contar com espaços que valorizem o lúdico, como salas de brincar e de música, parquinho, hortas, viveiros e jogos, além de profissionais preparados para executar propostas pedagógicas capazes de estimular o desenvolvimento das crianças.

“Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há ‘janelas de oportunidades’ na infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano”, diz o documento do *Plano Nacional de Educação*, sancionado em 2001, e que estabelece metas para o ensino na primeira década do novo milênio.

O investimento na Educação Infantil tem retorno garantido. Um estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e pelo Banco Mundial, a partir de dados da *Pesquisa sobre Padrões de Vida* (PPV), mostrou que dois anos de pré-escola aumentam a taxa de escolaridade em um ano. E há indícios de que o impacto seja maior entre os filhos de pais analfabetos.

A PESQUISA PASSO A PASSO

Numa parceria com a Fundação Orsa, o Unicef e o Ministério da Educação, a ANDI e o Instituto Ayrton Senna realizaram uma análise especial sobre o tratamento dado pela imprensa brasileira ao tema da Educação Infantil ao longo do ano 2000. O objetivo era lançar um olhar crítico sobre o comportamento da mídia ao cobrir ações e reflexões em educação para crianças com idades entre zero e seis anos.

O primeiro passo foi selecionar todos os artigos, os editoriais, as entrevistas e as reportagens sobre essa temática, publicados entre 10 de janeiro e 31 de dezembro daquele ano. O universo contou com 769 textos, veiculados em 49 jornais acompanhados diariamente pela ANDI (*veja na página 16 a tabela com os veículos que mais publicaram matérias sobre Educação Infantil*). No ano 2000, esses 49 jornais, de 24 capitais, publicaram nada menos do que 64.396 matérias sobre vários assuntos relevantes para a infância e a adolescência.

O estudo especial sobre Educação Infantil não utilizou uma amostragem das matérias classificadas pela ANDI nesse tema, e sim o total delas – ou seja, exatamente as 769 inserções. Excluíram-se desse universo as notas. Para efeito de dados estatísticos, as reportagens sobre esse tema veiculadas em oito revistas de circulação nacional foram avaliadas separadamente (*veja o texto sobre as revistas na página 101*).

Os assuntos avaliados

Todos os textos analisados possuíam como tema central aspectos relativos à prática do cuidado e à educação em creches

e pré-escolas, políticas governamentais para esse nível de ensino e outros assuntos afins. Algumas questões relacionadas direta ou indiretamente com a educação de crianças de zero a seis anos – como mortalidade infantil, comportamento, inclusão de deficientes, nutrição e violência – não fizeram parte desta pesquisa, pois o objetivo era selecionar apenas reportagens com foco principal na Educação Infantil.

Após a leitura prévia de todos os textos, foi preparada uma proposta de questionário para sistematizar as informações contidas nesse universo. Esse roteiro foi dividido em dois blocos. A primeira parte contemplava as informações sobre Educação Infantil. E a segunda, aspectos jornalísticos dessa cobertura.

Parceria com consultores

O questionário foi apresentado a sete especialistas em Educação Infantil (*veja o perfil dos consultores na página 144*). Eles forneceram valiosas contribuições para aprimorar e ampliar esse instrumento da pesquisa. Concluído o questionário, estudantes universitários foram orientados a classificar as matérias de acordo com os quesitos definidos pelos consultores, gerando informações para serem inseridas em uma base de dados. Os resultados foram então tabulados e devolvidos para análise dos especialistas.

Já com os números em mãos, os consultores reuniram-se novamente – desta vez por dois dias – para discutir os dados e os aspectos qualitativos da

ENTENDA A CRECHE E A PRÉ-ESCOLA

A creche é a instituição para crianças de zero a três anos. No Brasil, essa faixa etária foi historicamente atendida na esfera da ação social, priorizando cuidados como saúde, alimentação e segurança. Mas, desde a aprovação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB), em 1996, as creches passaram a integrar o sistema de Educação Básica dos municípios e a ter que responder por diretrizes curriculares específicas de Educação Infantil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, com profissionais preparados para garantir que, naquele espaço, a criança tenha acesso aos estímulos que garantem seu desenvolvimento pleno. Toda creche, como qualquer pré-escola, tem agora a dupla função de cuidar e educar.

Dos quatro aos seis anos de idade, a criança pode ir à pré-escola. Hoje, esse espaço é mais frequentado por meninos e meninas de famílias de renda média ou alta. É importante destacar que a pré-escola não significa “fora da escola”, “antes da escola”, nem “preparação para a escola”. Essa etapa da escolarização faz parte do ensino básico e está sujeita a diretrizes pedagógicas específicas. A pré-escola, como a creche, constitui obrigação prioritária dos municípios que, com o apoio técnico e financeiro dos estados e da União, devem incluí-la no seu sistema de ensino e procurar atender à toda a demanda das famílias por esse serviço.

cobertura. O trabalho realizado por eles é a base das conclusões que permeiam todo o estudo abordado ao longo deste livro. A margem de erro da pesquisa é de 0,3% para mais ou menos.

Debate com jornalistas e fontes

A fase final do processo contou com a participação da imprensa. O estudo foi apresentado para 40 jornalistas de 20 estados no seminário *A Cidadania Antes dos 7 – O Papel da Imprensa nos Primeiros Seis Anos de Vida de um Brasileiro*. O encontro, que aconteceu em São Paulo nos dias 24 e 25 de setembro de 2001, reuniu também especialistas em Educação Infantil. Os participantes se dividiram em grupos de trabalho e elaboraram recomendações e sugestões de pautas para estimular a qualificação e a multiplicação da cobertura. Os resultados também estão presentes neste livro.

Para os participantes do encontro, promovido pela Fundação Orsa e pela ANDI, há desinformação na mídia em relação à Educação Infantil, à sua legislação e às políticas públicas responsáveis por sua implementação. De modo geral, apontam eles, jornalistas seguem dependentes das fontes oficiais, o que resulta em matérias superficiais – pouco ou nada questionadoras – que fracassam na promoção de debates capazes de viabilizar mudanças consistentes em favor dessa faixa etária.

JORNAIS QUE MAIS PUBLICARAM TEXTOS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL EM 2000*

Diário de Natal (RN)	4,3%
Jornal de Brasília (DF)	4,3%
Diário do Nordeste (CE)	4,2%
Correio Popular (SP)	4,0%
O Estadão do Norte (RO)	3,9%
Estado de Minas (MG)	3,6%
Folha de S. Paulo (SP)	3,6%
O Estado de S. Paulo (SP)	3,4%
Jornal da Tarde (SP)	3,3%
O Popular (GO)	3,3%
O Povo (CE)	3,1%
Correio Braziliense (DF)	3,0%
Diário Popular (SP)	3,0%
O Liberal (PA)	3,0%
O Dia (RJ)	2,7%
A Notícia (SC)	2,7%
Meio Norte (PI)	2,6%
Tribuna do Norte (RN)	2,5%
A Gazeta (ES)	2,2%
Correio da Paraíba (PB)	2,2%
A Crítica (AM)	2,0%
Diário da Amazônia (AM)	1,8%
Diário do Pará (PA)	1,8%
Diário da Tarde (MG)	1,8%
Folha do Estado (MT)	1,8%
Hoje em Dia (MG)	1,7%
O Norte (PB)	1,7%

Correio da Bahia (BA)	1,6%
Zero Hora (RS)	1,3 %
Diário Catarinense (SC)	1,3%
A Gazeta (AC)	1,2%
Gazeta de Alagoas (AL)	1,2%
Tribuna de Alagoas (AL)h	1,0%
Jornal do Brasil (RJ)	1,0%
O Globo (RJ)	1,0%
O Imparcial (MA)	1,0%
A Tarde (BA)	0,9%
Diário de Cuiabá (MT)	0,9%
Gazeta do Povo (PR)	0,9%
Jornal do Commercio (PE)	0,9%
O Estado do Maranhão (MA)	0,9%
Jornal do Tocantins (TO)	0,9%
Gazeta Mercantil (SP)	0,8%
A Província do Pará (PA)	0,7%
A Gazeta (MT)	0,7%
Diário de Pernambuco (PE)	0,4%
Jornal O Dia (PI)	0,4%
Jornal da Manhã (SE)	0,3%
Outros**	2,3%

*Este quadro é meramente quantitativo. Portanto, não é possível, por meio dele, aferir a qualidade das matérias publicadas pelos jornais.

**O percentual relativo a "Outros" reúne as seguintes publicações: A Gazeta do Paraná (PR), A Região (BA), Folha do Boqueirão (PR), Folha de Londrina (PR), Jornal da Cidade (SE), Jornal da Comunidade (DF), Jornal do Estado (MT), Jornal de Juazeiro (BA), O Estado do Paraná (PR), O Metropolitano (PR), Primeira Hora (PR), RAC (PR), Valor Econômico (SP).

Artigo

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

por Antonio Carlos Gomes da Costa*

Todos os países que deram certo atenderam, primeiro, às necessidades de seu sistema escolar para, somente depois, voltarem-se para a educação das crianças pequenas – a Educação Infantil em creches e pré-escolas.

As creches, ao longo da revolução industrial, conheceram uma grande expansão. Tal crescimento se deu por causa do crescente envolvimento da mulher na força de trabalho. Em razão disso, a educação na faixa etária de zero a seis anos se desenvolveu predominantemente fora do sistema de ensino, regulada pela legislação trabalhista ou pelas normas da assistência social.

A psicologia do desenvolvimento, no entanto, ao longo do século 20, jogou luzes novas sobre a importância decisiva dos primeiros anos de vida no crescimento físico, emocional e cognitivo do ser humano em todas as etapas de sua existência.

Mudança de rumo

Essa compreensão permitiu uma ampla e profunda reorientação estratégica dos siste-

mas educacionais, dando um novo significado à Educação Infantil. Ela passou a ser encarada como o grande alicerce de todo o processo de educação escolar posterior.

No Brasil, esse reposicionamento teve lugar na Constituição de 1988, quando o legislador estendeu o direito à educação às crianças pequenas, ou seja, à faixa etária de zero a seis anos, abrangendo assim o atendimento em creches e pré-escolas.

Posteriormente, a LDB regulamentou essa conquista histórica, que também está inscrita no Estatuto da Criança e do Adolescente – a lei que cria condições de exigibilidade para os direitos da população infanto-juvenil. Esses direitos estão definidos na Convenção dos Direitos da Criança e em outros instrumentos da normativa internacional, e refletidos em nossa ordem jurídica interna.

Poucos recursos

A consequência dessa opção é que as secretarias estaduais e municipais de educação deveriam acrescentar aos seus sistemas de ensino fundamental e de ensino médio uma rede de Educação Infantil. Isso não vem acontecendo com a amplitude e a velocidade requerida por uma política de atendimento pleno aos direitos das crianças. Mas por quê?

Porque os recursos destinados à educação têm sido insuficientes para a qualificação do ensino fundamental, que nas décadas anteriores conheceu uma expansão quantitativa, acumulando, porém, um enorme déficit qualitativo. Por outro lado, a partir da segunda metade dos anos 1990 verifica-se forte expansão do ensino médio – a qual, a exemplo do que ocorreu com o fundamental, vem se fazendo de forma desqualificada.

Assistencialismo histórico

Há também que considerar o fato de que, sobretudo no que diz respeito às crianças de famílias de baixa renda, esse atendimento se deu pela via das ações da assistência social – e não no âmbito das políticas educativas. Já as classes média e alta sempre recorreram às escolas particulares.

Os dirigentes estaduais e municipais de educação, por sua vez, embora reconheçam a importância estratégica da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança, não conferem às demandas dessa área prioridade equivalente àquela destinada aos ensinos médio e fundamental no desenho e na implementação de suas políticas.

Como se vê, o Brasil precisa repensar suas políticas educacionais em termos de conteúdo, método, gestão e, sobretudo, investimento, para criar a rede de Educação Infantil que a realidade de nossas crianças pequenas, de forma tão dramática, necessita e requer.

**Antonio Carlos Gomes da Costa é pedagogo e Diretor-Presidente da empresa Modus Faciendi, que presta consultoria na área de políticas públicas para a infância e a adolescência a diversas instituições, no Brasil e no exterior. Foi um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).*

TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO: ASSUNTOS CENTRAIS NA AGENDA DOS ANOS 90

Desde 1996 a ANDI analisa o tratamento editorial dado às notícias sobre infância e adolescência publicadas em 49 jornais do País. Esse acompanhamento foi veiculado inicialmente na forma de pesquisas trimestrais. Naquele ano, três assuntos ocuparam o primeiro lugar nos *rankings* de Temas Mais Abordados: Exploração Sexual, Direitos & Justiça e Saúde. No ano seguinte, matérias sobre Violência e Direitos & Justiça alternaram-se na primeira e segunda posições.

A partir de 1998, no entanto, a Educação passou a ocupar a primeira posição no universo das matérias sobre crianças e adolescentes (*veja a tabela ao lado*). Em 1999, 2000 e 2001, continuou mantendo a liderança. A prioridade dada ao tema revela a percepção dos jornais de que essa área é o principal fator no processo de redução das desigualdades sociais.

Mas uma outra variável pode explicar esse crescimento. Entre 1997 e 1999, as denúncias sobre exploração da mão-de-obra infantil atingiram seu pico. Não é exagero concluir que o País passou a falar mais em Educação quando se chocou com a brutal realidade do trabalho infantil. E a mídia começou a investigar saídas para o problema: alternativas que passam necessariamente por maiores investimentos em Educação.

A cobertura do tema Exploração do Trabalho, que já havia melhorado em 2000 em razão da campanha *Criança no Lixo, Nunca Mais*, uma parceria do Unicef com prefeituras, cresceu ainda mais em 2001 com o lançamento do programa Bolsa-Escola, que o Governo Federal reproduziu em escala nacional.

O CRESCIMENTO DO INTERESSE PELA PAUTA DA EDUCAÇÃO NAS REDAÇÕES

PERÍODO	POSIÇÃO DE EDUCAÇÃO NO RANKING DE TEMAS
2º Trimestre de 1996	8º lugar
3º Trimestre de 1996	6º lugar
4º Trimestre de 1996	5º lugar
1º Trimestre de 1997	5º lugar
2º Trimestre de 1997	4º lugar
2º Semestre de 1997	3º lugar
1º Semestre de 1998	1º lugar
2º Semestre de 1998	1º lugar
1999	1º lugar
2000	1º lugar
2001	1º lugar

Os dados desta tabela foram extraídos dos relatórios Infância na Mídia, editados pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna.

Artigo

QUEM GUARDA OS GUARDIÃES? OS PRÓPRIOS GUARDIÃES

por *Guilherme Canela**

“Nas democracias de hoje, são os meios de comunicação de massa que desempenham o papel mais amplo e mais central na formação da opinião pública. (...) Resumindo tudo numa única frase, diríamos que o mundo é – para o público em geral – a mensagem dos meios de comunicação de massa.” (1)

A construção do espaço público – para utilizar expressão do filósofo alemão Jürgen Habermas – no qual se dá a gestação dos formadores da opinião pública e, conseqüentemente, da própria opinião pública, está intrinsecamente ligada ao comportamento da mídia impressa. Aqui são iniciados, escondidos, valorizados ou deturpados os debates fundamentais para o Público – assim mesmo, com P maiúsculo.

A mensagem dos meios de comunicação contribui para a construção da realidade em que vivemos. O “aparecer na mídia”, não raro, é o fiel da balança na decisão pública de se atirar determinada política governamental nas gavetas do esquecimento ou trazê-la à tona,

reforçando-a com o debate e as verbas necessárias para que ela se torne realidade. A mídia tem, assim, um poder central nas democracias contemporâneas: definir a agenda pública.

Essa hipótese, conhecida como *agenda-setting*, salienta: *“Em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia, elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.” (2)*

Partindo desse princípio, pesquisar a cobertura da imprensa sobre determinado assunto permite entender um pouco melhor como tal tema refletirá na realidade cotidiana. Mais do que isso, permite entender como ele não se refletirá, observando-se as lacunas dessa mesma cobertura.

Pesquisas desse tipo têm por objetivo montar um complexo quebra-cabeças cujas peças são produzidas individualmente pelos jornalistas ao longo, por exemplo, de um ano de trabalho e da focalização de certo tema. É da montagem desse quebra-cabeças que podem surgir grandes surpresas, boas e más. Não raro peças que, ao serem confeccionadas, eram consideradas satisfatórias, podem terminar nos oferecendo um quadro que necessitaria ser melhorado para que tivéssemos como resultado uma paisagem a contento.

Nesse sentido, quando analisamos cada matéria produzida sobre determinado tema, mas apresentamos seus resultados no conjunto, estamos dizendo como esse assunto foi, durante um ano, transmitido para a sociedade.

O importante é compreender que a cobertura como um todo é o que impacta o espaço público, é o que constrói uma percepção da realidade – ainda que não seja a verdadeira. Por isso, apesar da importância do trabalho de cada jornalista, é fundamental entendermos que uma postura conjunta e sistemática de aprimorar a cobertura de um tema é condição *sine qua non* para que a agenda pública seja pautada de forma diferente.

À figura do *watchdog*, ou à do guardião, atribuída à mídia, cabe a indagação: quem guarda os guardiães? Às fontes de informação, cruciais ao pautar a mídia, fica a pergunta: estão democratizando o conhecimento que acumulam em suas áreas? Esta pesquisa e os debates por ela gerados são instrumentos para que imprensa e fontes avaliem posturas. E para que, sem nunca abrir mão da independência, da investigação e do pragmatismo, ajudem a estabelecer os fundamentos de uma sociedade melhor. Nada mais lógico que iniciar esta caminhada pelo começo: a Educação Infantil.

1. Sartori, Giovanni. - A Teoria da Democracia Revisitada. v.1. São Paulo: Editora Ática, 1994. p 133.

2. Shaw (1979), Apud Wolf, Mauro - Teorias da Comunicação. 5a ed. Lisboa: Editora Presença, 1999. p144.

*Guilherme Canela é mestrando em Ciências Políticas na Universidade de São Paulo. Desde 1998, é pesquisador associado do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília e, desde 2000, consultor da ANDI para análises especiais e metodologia de pesquisas.

1

Leis e Gestão

Nos últimos anos, o Brasil experimentou uma revolução que mudou substancialmente a forma de pensar e organizar a Educação Infantil



DESDE A APROVAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB), EM DEZEMBRO DE 1996, O PAÍS VIVE UMA REFORMULAÇÃO LEGAL SEM PRECEDENTES NA HISTÓRIA RECENTE DE SUA POLÍTICA EDUCACIONAL. NA VERDADE, O EMBRIÃO DESSA MUDANÇA FOI LANÇADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, QUE PELA PRIMEIRA VEZ FALA EM EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO. MAS COM A SANÇÃO DA LDB, OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS FORAM IMPLANTADOS DE FORMA MAIS SISTEMÁTICA. E O BRASIL COMEÇOU A EXPERIMENTAR UMA REVOLUÇÃO NA MANEIRA DE ENCARAR A EDUCAÇÃO NOS SEIS PRIMEIROS ANOS DE VIDA: COMO DIREITO DAS CRIANÇAS, DEVER DO ESTADO E OPÇÃO DA FAMÍLIA.

A CRECHE E A PRÉ-ESCOLA PASSARAM A SER DIFERENCIADAS EXCLUSIVAMENTE PELO GRUPO ETÁRIO DAS CRIANÇAS QUE AS FREQUENTAM — DE ZERO A TRÊS ANOS E DE QUATRO A SEIS, RESPECTIVAMENTE. OU SEJA, PELO MENOS NA LEI, A CRECHE NÃO É MAIS UMA INSTITUIÇÃO PARA MENINOS E MENINAS POBRES.

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* também deixou mais claros os papéis das três esferas do Poder Público na gestão da Educação Infantil. À União e aos estados cabe estabelecer, em colaboração com os municípios, competências e diretrizes curriculares. Mas é da esfera municipal a incumbência de garantir esse atendimento. Outro salto substancial foi a definição de padrões para o profissional que trabalha na área.

O Executivo, o Judiciário, o Legislativo, as universidades, a sociedade civil e a própria imprensa têm a missão de garantir que essa revolução legal não caia no vazio. Mas, ao contrário do que acontece há mais de uma década com o Estatuto da Criança e do Adolescente, muito citado e debatido pela mídia, esse avanço nas leis ainda não encontrou lugar de destaque na cobertura sobre a Educação Infantil.



Somente 3,9% das matérias sobre creches e pré-escolas publicadas durante o ano 2000 tinham como foco principal a legislação, aponta a pesquisa *Mídia e Educação Infantil*, coordenada pela ANDI.



A municipalização da Educação Infantil, definida pela LDB de 1996, é praticamente ignorada pela imprensa. Apenas 0,9% de todos os textos avaliados pela pesquisa *Mídia e Educação Infantil* abordam essa questão.



Embora a municipalização seja pouco discutida, os jornalistas tendem a entrevistar mais, nas matérias sobre creches e pré-escolas, os representantes do Executivo Municipal. De janeiro a junho de 2002, por exemplo, quase 40% das fontes ouvidas em cerca de 500 matérias são dessa instância de governo. Em 2000, os representantes dos Executivos Municipais foram as principais fontes ouvidas nas reportagens.

UM NOVO ESPAÇO SOCIAL

Com a promulgação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB), em 20 de dezembro de 1996, ficou estabelecido no artigo 89 das disposições transitórias que as “creches e as pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino”.

Essa integração de creches e pré-escolas à rede de ensino básico não é uma decisão a ser tomada pelos estabelecimentos ou pelo sistema, mas uma imposição legal que tem como objetivo central responder tanto às necessidades quanto aos direitos das crianças brasileiras de zero a seis anos e de suas famílias. Ou seja, com a LDB, a Educação Infantil conquistou um novo espaço social, que rompe não só com a tradicional vocação assistencialista das creches, mas também com a noção de que a pré-escola tem uma perspectiva antecipatória da escolaridade fundamental.

Distorções no financiamento

Apesar dos avanços garantidos pela nova legislação, a Educação Infantil ainda enfrenta inúmeros obstáculos. Um deles diz respeito precisamente aos recursos. Diversos especialistas avaliam que o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) teve um impacto negativo na rede de creches e pré-escolas.

É que com a implantação do Fundo, em 1998, recursos que anteriormente vinham sendo aplicados na Educação Infantil

passaram a ser transferidos, por estados e municípios, ao ensino fundamental. Isso porque a lei obriga a subvinculação de 15% dos impostos estaduais e municipais a esse nível específico de ensino.

O resultado direto desse processo foi o fechamento de milhares de creches e pré-escolas. Os números dos Censos Escolares mostram que houve um decréscimo de cerca de 200 mil matrículas na pré-escola, entre 1997 e 1998, e de mais 159 mil, em 1999.

Nos anos seguintes, porém, foi possível notar um certo ajuste nesse quadro. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, o ensino pré-escolar obteve um aumento de 8,9% no número das matrículas durante 2001, na comparação com 2000. De acordo com o MEC, nada menos de 394 mil novos alunos ingressaram na pré-escola ao longo do ano de 2001.

Para tentar corrigir essas distorções que afetam o financiamento da Educação Infantil, tramita atualmente no Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a criação do Fundeb. Esse novo fundo destinaria recursos para todos os níveis da educação básica, o que contemplaria desde creches e pré-escolas até o ensino médio.

Missão compartilhada

Não deixar que mais estabelecimentos de Educação Infantil sejam fechados é uma tarefa que envolve necessariamente vários atores – entre eles, prefeitos, secretários estaduais e municipais de Educação, vereadores, conselhos



O impacto negativo do Fundef sobre a Educação Infantil foi um assunto pouco abordado pela mídia. Apenas 0,9% das 769 matérias analisadas pelos consultores da ANDI focalizam esse fundo. E elas tendem a ignorar suas consequências – sem dúvida, positivas para os alunos do ensino fundamental – extremamente negativas para as crianças de zero a seis anos.



A discussão sobre Orçamento foi tema em 7,8% das reportagens sobre Educação Infantil publicadas em 2000. Outros financiamentos, verbas para programas, distribuição, desvio ou má gestão responderam, juntos, por 5,4% dos textos analisados.



Embora 196 (ou 25,5%) dos 769 textos jornalísticos publicados em 2000 sobre Educação Infantil cite leis em algum momento, apenas 30 têm a legislação educacional como foco principal da matéria. Desses, 12 são especificamente sobre a LDB. Responsáveis pela regulamentação da lei, os pareceres dos conselhos de educação (Federal, estaduais e municipais) são o tema central em apenas cinco das reportagens sobre legislação em Educação Infantil. E os conselheiros, profissionais aptos a emitir opiniões fundamentadas a respeito do assunto, aparecem em somente dois desses textos.



As três esferas do Poder Executivo alternam-se como fonte em dez das matérias sobre legislação veiculadas em 2000, aponta a pesquisa sobre a cobertura da Educação Infantil nos principais jornais brasileiros. Judiciário e Ministério Público, por sua vez, não são ouvidos quando o tema central são as leis. Há, aqui, duas hipóteses: ou esses segmentos estão afastados das discussões sobre Educação Infantil ou os jornalistas não recorrem a essas fontes quando o assunto é a creche e a pré-escola.

(tutelares, de direitos da criança e municipais de Educação), varas e promotorias da Infância e da Juventude, Ministério Público, universidades, cursos de Pedagogia, Escolas Normais, entidades da sociedade civil e as próprias famílias. A cada um desses segmentos cabe a missão de exigir padrões básicos para o funcionamento de creches e pré-escolas e as condições para alcançá-los.

Para isso, a nova legislação estabelece que as equipes pedagógicas de governos estaduais e municipais têm a obrigação de redefinir e apoiar o processo de qualificação dessas instituições. As universidades e os cursos de formação de professores das secretarias municipais e estaduais de Educação precisam implementar estratégias consistentes para qualificar o pessoal leigo.

Nesse cenário de divisão de responsabilidades, é tarefa dos poderes Legislativo e Judiciário exigir de prefeitos e de secretários de Educação dos municípios o pleno cumprimento da legislação. Os diversos conselhos e as próprias famílias, por sua vez, têm a importante função de supervisionar a transformação das instituições.

A imprensa também tem um papel importantíssimo nesse processo. Cabe aos jornalistas a missão de acompanhar e fiscalizar as ações implantadas pelo Poder Público, pelas organizações da sociedade civil e pelo setor privado no que diz respeito ao atendimento das crianças de zero a seis anos. Ao manterem essa vigilância constante, os meios de comunicação estarão contribuindo de maneira substancial para o aperfeiçoamento das políticas públicas traçadas para a área da Educação Infantil.

A VOZ DA REDAÇÃO

Repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, Luciana Garbin é formada pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e também estudou na Universidade de Navarra, na Espanha.

Por que o tema da Educação Infantil ainda é tão pouco abordado pela mídia? Acho que muitos jornalistas realmente desconhecem a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança e da própria sociedade. Por isso, acabam considerando esse tema uma questão menor. Assim, na maioria das vezes, ele nem entra em pauta.

Fiz uma pesquisa no arquivo eletrônico do jornal e descobri que, de outubro de 1997 até meados de 2002, houve 862 matérias que usaram o termo Educação Infantil. Observando mais de perto os textos, no entanto, descobre-se que quase todos abordavam apenas aspectos de agenda, anúncios de período de matrícula, nome da escola de Educação Infantil como palco de outros temas.

Não havia nenhuma matéria com conteúdo mais profundo? Sim. Chamou a minha atenção uma reportagem de 2000, que falava sobre um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Essa pesquisa mostrou que, para eliminar o "hiato entre pobres e não-pobres",

seria necessário elevar em 20 pontos percentuais a proporção de crianças pobres de até seis anos que freqüentam os serviços de Educação Infantil. Também lembrava que, pela Constituição, esse nível de ensino é de responsabilidade dos municípios e os gastos com ele estão longe de serem distribuídos de maneira uniforme pelo País.

Desde a Constituição de 1988, o País vive intensa mudança legal na Educação Infantil. Em 2000, porém, menos de 4% dos textos abordavam as leis. Por que há um número tão pequeno de matérias sobre esse aspecto? Há duas explicações. Em primeiro lugar, a maioria dos jornalistas desconhece mesmo as leis, e isso não ocorre somente na cobertura de Educação Infantil. Em segundo, como já ressaltai antes, o assunto acaba perdendo espaço no jornal para outros temas.

Nos textos que citam leis relacionadas à Educação Infantil, o Ministério Público e o Judiciário sequer são ouvidos. Por quê? Existem dificuldades, às vezes, em descobrir que tal medida do Ministério Público casa com o tema da matéria e nem sempre os contatos entre jornalistas e fontes de MP e Judiciário são muito estreitos. Com isso, você exclui do debate atores importantes. Mais uma vez, acho lamentável, principalmente porque não ocorre só com a cobertura de Educação Infantil.

Artigo

O QUE NOS DIZEM OS NÚMEROS?

por *Ângela Rabelo Barreto**

No Brasil, a Educação Infantil inclui o atendimento em creches e pré-escolas. A legislação educacional conceitua esses segmentos pela faixa etária, sendo a creche para crianças de zero a três anos e a pré-escola para as de quatro a seis. Acontece, porém, que os levantamentos feitos pelo MEC não consideram essa conceituação e sim a denominação com que o estabelecimento identifica seu atendimento. O Censo Escolar de 2001 registra 1.093.347 crianças matriculadas em creche e 4.818.803 na pré-escola, totalizando, portanto, 5.912.150. Tomados os grupos etários, são 853 mil crianças de zero a três anos e 4,604 milhões entre quatro e seis anos. Há ainda 455 mil com sete anos ou mais matriculados na Educação Infantil. Por outro lado, há 969 mil crianças menores de sete anos matriculadas em classes de alfabetização e no ensino fundamental.

Uma questão importante é: qual o percentual da população de cada faixa etária que tem acesso a creches e pré-escolas, ou seja, qual é a cobertura do atendimento? Os dados

mais confiáveis e atuais para respondê-la são os da *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios* - PNAD/IBGE, de 1999. Mostram os números que a taxa de frequência às instituições de Educação Infantil das crianças de zero a três anos é de cerca de 9,2%. Para o grupo de quatro a seis anos, tem-se uma frequência à creche/pré-escola de 52,1%, além dos 8,1% que já se encontram nas séries do ensino fundamental.

Tais índices, porém, variam muito segundo a renda da família, mostrando uma elevada desigualdade no acesso à Educação Infantil. Na faixa de zero a três anos, das crianças de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, apenas 5,9% estão em instituições de Educação Infantil. Já nas casas com renda per capita superior a dois salários mínimos, o percentual de crianças atendidas é de 32,5%. Quanto aos meninos e as meninas de quatro a seis anos, atinge 90% a taxa de acesso ao sistema educacional nessas famílias mais abonadas, enquanto que no contexto dos núcleos familiares mais pobres o índice é de 50%.

O quintal é o espaço mais presente

Além do acesso acanhado e desigual à Educação Infantil, a qualidade do atendimento é precária em muitos estabelecimentos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) realizou um censo especial sobre a Educação Infantil em 2000, o que permitiu verificar alguns indicadores importantes. Foram registrados 92.526 estabelecimentos, dos quais 62.189 são municipais, 24.907 são privados e 5.384 pertencem às redes estaduais. A esfera federal é responsável por apenas 46 instituições. Deve-se assinalar que, dos 24 mil

estabelecimentos privados, quase 20% têm nos convênios com o setor público a sua principal fonte de financiamento.

Entre os indicadores da qualidade da oferta que podem ser extraídos do *Censo da Educação Infantil* destacam-se os referentes aos espaços físicos e ao material didático. Ambientes como brinquedoteca, oficina de artes, sala de música, biblioteca, quintal, parquinho, horta, viveiro, quadra de esportes e solário são importantes para a realização de atividades que propiciam o desenvolvimento da criança nos aspectos físicos, intelectuais e emocionais. Os dados levantados mostram, entretanto, que os percentuais dos estabelecimentos que dispõem de tais espaços são baixos. O quintal é o espaço mais presente nas instituições (veja tabelas com números do Censo nas páginas 32 e 33). O parquinho é especialmente importante para o desenvolvimento motor da criança e para as brincadeiras livres, relevantes para a socialização. Mas no Brasil é encontrado em apenas 55,8% das creches e em 36,8% das pré-escolas.

Poucos jogos e livros

Como são essenciais nesse período educacional, os brinquedos e os jogos deveriam ser utilizados em todas as creches e as pré-escolas. No caso das creches, cerca de 35% dos estabelecimentos nordestinos não utilizam brinquedos e mais de 45% não usam jogos didáticos. Nas pré-escolas da região, os brinquedos estão ausentes em mais de 60% das instituições e os jogos didáticos em quase 40%.

Os livros também não estão presentes em muitos estabelecimentos do País. Os de literatura infantil, cujo uso é essencial nas propostas pedagógicas dessa etapa, não estão

disponíveis em cerca de 40% das creches e das pré-escolas brasileiras.

Atendimento ainda precário

Conclui-se, portanto, que em relação ao espaço físico e ao material didático disponíveis, o atendimento em creches e pré-escolas, no Brasil, deixa muito a desejar. Considerando-se que esses elementos estão intimamente associados à proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil, viabilizando-a ou não, os dados do *Censo de Educação Infantil* são bastante preocupantes, pois revelam que tais propostas são precariamente desenvolvidas. Ou, o que é pior: é possível que muitas instituições sequer tenham proposta pedagógica definida.

O *Plano Nacional de Educação*, aprovado em 2001, prevê a ampliação da oferta e a implementação de padrões de qualidade, o que deverá ter reflexos sobre o financiamento. Quanto ao primeiro aspecto, o Plano define que, em 2006, 30% das crianças de até três anos e 60% da população de quatro a seis sejam atendidas. Até o final da década, o objetivo é contemplar 50% das crianças de zero a três anos e 80% das de quatro a seis.

Considerando os dados da PNAD de 1999, pode-se afirmar que a meta do PNE para 2006

OS ESPAÇOS DISPONÍVEIS NAS PRÉ-ESCOLAS, SEGUNDO O CENSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL 2000, DO MEC

	BRINQUEDOTECA	BIBLIOTECA	PARQUINHO
Brasil	23,9%	30,2%	36,8%
Norte	11,8%	17%	15,7%
Nordeste	12,3%	13,7%	13%
Sudeste	40,9%	45,9%	63,9%
Sul	33,9%	55,5%	65,7%
Centro-Oeste	27,9%	38,5%	51,3%

	HORTA	VIVEIRO	QUINTAL
Brasil	13,8%	2,3%	62,5%
Norte	7,4%	0,9%	71,7%
Nordeste	3,1%	0,7%	54,7%
Sudeste	23,8%	4,7%	69,5%
Sul	29,8%	3,3%	65,3%
Centro-Oeste	18,0%	2,7%	73,3%

	BRINQUEDOS	JOGOS DIDÁTICOS	SUCATAS
Brasil	61,4%	75,2%	82,3%
Norte	40,4%	55,6%	76,1%
Nordeste	37,1%	61,6%	71,5%
Sudeste	88,7%	91,4%	93,4%
Sul	92,3%	94,8%	95,9%
Centro-Oeste	74,5%	80,8%	87,8%

OS ESPAÇOS NAS CRECHES, DE ACORDO COM O CENSO

	BRINQUEDOTECA	BIBLIOTECA	PARQUINHO
Brasil	45,5%	21,5%	55,8%
Norte	23,2%	8,1%	31,3%
Nordeste	24,0%	8,9%	18,5%
Sudeste	60,9%	30,6%	73,0%
Sul	50,6%	24,8%	77,6%
Centro-Oeste	48,5%	22,2%	67,5%

	HORTA	VIVEIRO	QUINTAL
Brasil	19,0%	2,9%	68,4%
Norte	11,8%	0,7%	72,6%
Nordeste	6,4%	0,9%	57,1%
Sudeste	24,3%	4,5%	73,7%
Sul	27,3%	3,0%	71,3%
Centro-Oeste	21,5%	3,8%	77,2%

	BRINQUEDOS	JOGOS DIDÁTICOS	SUCATAS
Brasil	84,1%	73,7%	82,6%
Norte	76,5%	65,1%	77,0%
Nordeste	64,1%	53,7%	73,0%
Sudeste	92,8%	82,5%	86,4%
Sul	95,6%	85,8%	90,2%
Centro-Oeste	90,3%	77,3%	82,4%

O Censo da Educação Infantil, realizado pelo MEC em 2000, mostrou que as condições de funcionamento das creches e das pré-escolas em algumas localidades do País ainda são extremamente precárias. O Norte e o Nordeste são as regiões mais prejudicadas. No Norte, por exemplo, apenas 11,8% dos estabelecimentos de pré-escola contam com brinquedotecas – espaços fundamentais para o desenvolvimento das crianças. No Nordeste, esse número é de 12,3%. No Brasil como um todo, 55,8% das creches possuem parquinho. No entanto, no Norte esse percentual é de 31,3% e no Nordeste, de 18,5%.

para a faixa de quatro a seis, se tomado o Brasil como um todo, já estaria alcançada ou próxima disso. Quanto à faixa de zero a três, cuja meta é 30%, a expansão necessária é elevada.

Problemas no financiamento

Honrar tais compromissos implicará, entre outras providências, solucionar a questão do financiamento. Hoje, a Educação Infantil encontra-se em situação precária, uma vez que são escassos os recursos federais e estaduais a ela destinados, ficando sobre os municípios o peso da oferta. É preciso, portanto, fazer cumprir duas metas do PNE. A primeira estabelece a necessidade de assegurar que, em todas as cidades, além de outras verbas municipais, os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não vinculados ao Fundef sejam aplicados, prioritariamente, na Educação Infantil. E a segunda prevê a ação supletiva da União e do estado junto aos municípios que apresentem maiores dificuldades técnicas e financeiras.

**Ângela Rabelo Barreto é coordenadora técnica do Setor de Educação do Escritório da Unesco no Brasil e doutoranda do Instituto de Psicologia da UnB. Foi coordenadora geral de Educação Infantil no MEC e pesquisadora do IPEA.*

O CENSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORÇA DOS PRESS RELEASES

No ano 2000, um dos principais acontecimentos na área de creches e pré-escolas foi a realização do primeiro *Censo de Educação Infantil* do País. Era natural que a mídia concedesse amplo espaço ao assunto. A pesquisa coordenada pela ANDI sobre o noticiário envolvendo creches e pré-escolas aponta que esse tema, de fato, ocupou as páginas de 49 grandes jornais brasileiros. Quase 8% de todos os textos falavam sobre esse levantamento que estava sendo conduzido pelo Ministério da Educação. No entanto, cabe aqui uma reflexão sobre a qualidade dessa cobertura: mais de 60% dos textos parecem gerados a partir dos *press releases* do governo.

O Governo Federal é a principal fonte citada em 50,8% das reportagens, artigos e editoriais a respeito do Censo. Mas o alcance do trabalho das assessorias de imprensa governamentais deve ser maior. Em 21,3% das matérias não foi possível identificar a fonte, mas a maioria delas parece ter sido redigida com base em informações obtidas do governo, embora não o cite (*veja o texto "Mídia e Governo", na página 56*).

A cobertura do tema foi praticamente gerada por essa única fonte, distribuída pelas agências e reproduzida em diferentes veículos do País sem alterações nem desdobramentos sobre a realidade do estado/município. Quase não há discussões sobre a qualidade dos questionários do levantamento, e 51,7% dessas matérias são favoráveis ao governo. As demais são neutras. Nenhum dos textos sobre o Censo, analisados no universo da pesquisa *Mídia e Educação Infantil*, foi classificado como

desfavorável ao Executivo Federal, no sentido de questionar a eficiência do que estava sendo proposto ou em outro sentido. A maioria tampouco expõe porque ele será importante para educadores e para o desenho de políticas públicas.

Ausência de visão crítica

Discussões fundamentais ficaram de fora da maior parte da cobertura. Por exemplo: os números do Censo cobrem a totalidade da população de crianças de zero a seis anos e suas famílias? Permitem analisar questões sobre a qualidade de vida e a constituição do grupo familiar? Refletem o universo das crianças com deficiências?

Tais perguntas são extremamente importantes, considerando-se que a LDB, apesar de estabelecer que o atendimento em instituições de Educação Infantil é uma obrigação dos municípios, não define uma destinação específica de verbas para esse atendimento. Do percentual mínimo do Orçamento destinado à Educação, 10% são para a Educação Infantil e “outras despesas educacionais do município”.

Sobre esses 10% do Orçamento, porém, a lei determina “a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência” (ou seja, a Educação Básica). Aqui está um aspecto importante do Censo: estabelecer o número de famílias que querem optar por esse tipo de atendimento em cada município, definido pela lei como direito de suas crianças e dever do Estado. Sem esse dado, não é possível cobrar dos municípios a aplicação de verbas nessa etapa da Educação.

QUEM PAUTA A IMPRENSA?

Quando o assunto é Educação Infantil, a principal fonte das reportagens publicadas pela mídia é o Poder Executivo em suas três esferas – municipal, estadual ou federal. É estranho notar que as esferas legislativas tenham um espaço tão ínfimo na cobertura sobre esse tema.

É importante sublinhar que as preocupações parlamentares refletem, em grande medida, os anseios da sociedade. No entanto, a mídia brasileira ainda tem o vício de centrar sua cobertura basicamente nas decisões que são tomadas nos plenários do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras municipais e nos embates entre os partidos políticos.

Esse vício acaba por ignorar que existem no Legislativo comissões temáticas, permanentes e provisórias, encarregadas de discutir e analisar inúmeras questões relacionadas com o dia-a-dia do cidadão brasileiro, entre elas, a Educação Infantil. Se os parlamentares têm pouco a dizer, e por isso não são ouvidos, é preciso também levar em consideração que eles, na maioria das vezes, tampouco são instigados pelos meios de comunicação a se preocuparem com o tema.

A VOZ DA REDAÇÃO

Formada pela PUC de Minas Gerais, Tacyana Arce é repórter do jornal *Estado de Minas* desde o ano de 1996.

*A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, estabeleceu a municipalização da Educação Infantil. Apesar disso, apenas 0,9% das reportagens analisadas pela pesquisa *Mídia e Educação Infantil* abordaram esse tema e seus desdobramentos. Por quê?* Na minha opinião, isso acontece porque a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* ainda é desconhecida, mas isso não se aplica só à LDB. Os jornalistas entendem pouco de legislação de modo geral, seja porque cobrem quatro ou cinco pautas e não têm tempo para se aprofundar, seja porque não têm interesse em entender de leis.

Como não é muito freqüente haver repórteres setorializados em áreas como a da Educação, é difícil que haja conhecimento da legislação específica. Quanto à municipalização, de 2001 para cá a Educação Infantil é um dos temas mais pautados em Educação pelo *Estado de Minas*. Existem dois fatores que impulsionam essa cobertura. Um é o fato de Belo Horizonte ser a única capital brasileira que não tem uma rede própria de atendimento em creches e pré-escolas. O outro aspecto é a existência, desde a década de 1970, do Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC) no estado.

Como está, em Minas Gerais, a cobertura do Plano Estadual de Educação? O plano estadual foi discutido em 2001 e ainda não foi votado na Assembléia Legislativa. O documento foi construído democraticamente, inclusive com a participação de profissionais da imprensa. Foi quase um ano de discussão. A imprensa cobriu durante a grande plenária, mas depois deixou de acompanhar. Hoje não sabemos em que ponto está o plano.

E por que esta pauta caiu? Acho que basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o projeto estacionou na Assembléia, a proposta não foi votada. Em segundo, porque existe a necessidade de o jornalista se pautar em cima do que é novidade, do atual. E isso gera dificuldades para resgatar o que ficou esquecido.

Sabe-se que o Fundef foi positivo para o ensino fundamental, mas trouxe conseqüências maléficas para a Educação Infantil. Na cobertura, o Fundef é tema em apenas 0,9% das matérias. Não seria importante que a imprensa abordasse mais esse assunto? Acredito que o nosso jornal faça parte desse universo de 0,9%. A gente nunca fez uma matéria sobre Educação Infantil sem citar o Fundef. Mas acho, sim, que as matérias são, muitas vezes, descontextualizadas. Isso acontece por desconhecimento sobre como funciona o sistema operacional de educação. Em nossas matérias sempre procuramos ouvir a opinião de especialistas sobre como o Fundef interfere na

Educação Infantil. Muitas vezes, esses especialistas reforçam os aspectos negativos que esse fundo causou à Educação Infantil, falam da necessidade de criar o Fundeb, mas também lembram que muitos municípios usam essa desculpa para não desenvolverem políticas voltadas para as crianças de zero a seis anos.

Nas matérias sobre o Censo da Educação Infantil, realizado pelo MEC em 2000, 51,7% eram favoráveis ao governo. Por que a imprensa “compra” tão facilmente a versão oficial? Para mim, isso acontece porque o governo tem uma equipe de comunicação fantástica. E não ocorreu só com o Censo. Durante o governo FHC, a imprensa engoliu tudo o que o Ministério da Educação, o Inep e os outros órgãos governamentais divulgaram. Os dados foram apresentados para a imprensa já interpretados e com o discurso todo elaborado. Na correria do dia-a-dia, poucos jornalistas procuram fazer outra interpretação para os números e acabam não percebendo que estão assumindo um discurso governista. As matérias assumiram esse discurso do governo e mostravam que o crescimento foi de 100% no número de atendimentos em creches e pré-escolas. Só que faltou a pergunta sobre a quantidade de meninos e meninas que ainda estão fora dessas instituições.

Judiciário fora da pauta

Assim como o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público são atores que pouco aparecem nos textos sobre Educação Infantil. A acanhada atuação dessas instituições como fontes e/ou protagonistas de ações efetivas nessa área surpreende se comparada à influência que apresentam em outros assuntos.

Mais surpreendente, no entanto, é que o Conselho Tutelar tenha gerado apenas uma das 769 reportagens, artigos e editoriais analisados. E que todos os demais conselhos – de educação, saúde, dos direitos da criança e do adolescente, dentre outros – respondam juntos por 14 matérias sobre Educação Infantil no ano 2000.

Há espaço também para aumentar a participação das universidades na pauta dos jornais. Foi o conhecimento acadêmico produzido nas últimas décadas que gerou a maior parte das mudanças legais e pedagógicas que se tentam implantar no País e em diversas partes do mundo.

Inúmeros estudos têm demonstrado a importância do estímulo do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança nos primeiros anos de vida. E é nesse ambiente acadêmico que continua sendo produzido um grande número de pesquisas sobre a faixa etária dos zero aos seis anos.



Em 84,5% dos textos analisados pela pesquisa coordenada pela ANDI sobre a cobertura de Educação Infantil pela mídia impressa em 2000 foi possível identificar a fonte da informação que gerou a matéria. O índice representa 650 das 769 inserções. Dessas, quase um terço tem como fonte o Poder Executivo – municipal, estadual ou federal (veja o texto “Mídia e Governo”, na página 56). As três esferas legislativas são fonte em apenas 2,7% das matérias.



Em 2000, o Judiciário e o Ministério Público pautaram 10,46% dos 64.396 textos relacionados a crianças e adolescentes – clipados em 49 jornais de capitais brasileiras acompanhados pela ANDI – nos quais foi possível identificar a fonte da informação.



Apenas 1% das 769 reportagens sobre Educação Infantil veiculadas em 2000 abordava a formação dos profissionais que atuam em creches e pré-escolas, aponta o estudo coordenado pela ANDI.

PROMESSAS PARA O INÍCIO DO MILÊNIO

Com a publicação da LDB, foi instituída a “Década da Educação”. O artigo 87 das disposições transitórias definiu o prazo de um ano a partir da sanção daquela lei, que se deu em dezembro de 1996, para que a União encaminhasse ao Congresso Nacional o *Plano Nacional de Educação* (PNE), com diretrizes e metas para os dez anos seguintes. No mesmo artigo fica estabelecido que: “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

O problema é que o PNE e suas metas para dez anos só foram sancionados em 9 de janeiro de 2001. Com esse atraso, o Brasil acabou criando “duas décadas da educação” diferentes. Uma começou em 1997, um ano depois de sancionada a LDB. A outra, em 2001, com a entrada em vigor do Plano. De acordo com a primeira delas, em 2007 vence o prazo para que os professores tenham completado o curso superior.

A importância da qualificação

Entretanto o debate sobre a formação dos educadores não ganhou destaque na mídia durante o ano 2000. De acordo com os especialistas, um dos indicadores de qualidade do atendimento na Educação Infantil que mostram maior relação com os resultados sobre o desenvolvimento da criança é a formação do profissional que trabalha com ela.

A realidade brasileira ainda está longe de ser animadora nesse quesito. Segundo o *Censo da Educação Infantil*, realizado em 2000, dos cerca de 86 mil estabelecimentos de pré-escola,

apenas 30,2 mil – ou 35% – contavam com coordenadores ou orientadores pedagógicos com nível superior e 27% tinham professores com tal formação. Entre as 24 mil creches, 7,6 mil – ou 32% – possuíam coordenadores ou orientadores com curso superior e em 16% delas havia professores com essa formação.

Vale destacar aqui um aspecto relevante: em muitas instituições, sobretudo nas creches, os profissionais que atuam diretamente com as crianças não são denominados (ou reconhecidos) como professores. São chamados de educadores, monitores e outros termos. Por esse motivo, é provável que não estejam nas estatísticas do MEC. Em geral, não possuem a escolaridade exigida e isso pode significar que mais profissionais que trabalham com as crianças tenham formação inadequada para exercer esse papel.

Também é importante lembrar que, no tocante à qualificação do professor de Educação Infantil, a LDB é falha. A lei não determina claramente a obrigatoriedade de formação em nível superior para os docentes.

OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO PAÍS

Com a sanção do *Plano Nacional de Educação*, em 9 de janeiro de 2001, o Brasil se comprometeu a implantar várias ações para melhorar a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas até 2011. Na próxima página, estão listadas algumas promessas. É um excelente roteiro para que os jornalistas monitorem a realidade nacional e a de seus estados quanto ao cumprimento – ou não – das metas estabelecidas (*veja o texto “As Leis para os Primeiros Seis Anos de Vida de um Brasileiro”, na página 41*).

PRINCIPAIS FONTES OUVIDAS PELA IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA, SEGUNDO A PESQUISA MÍDIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Executivo Federal	7,93%
Executivo Estadual	4,94%
Executivo Municipal	19,38%
Judiciário	0,13%
Ministério Público	0,13%
Legislativo Federal	0,65%
Legislativo Estadual ou Distrital	0,26%
Legislativo Municipal	1,69%
Especialistas/Sociedade Civil	13,91%
Professores (não-universitários)	6,63%
Polícia	0,39%
Usuários	7,67%
Unicef	0,39%
Outros Organismos Internacionais	0,91%
Conselho Tutelar	0,13%
Outros Conselhos	1,82%
Universidades	3,90%
Empresas privadas	1,56%
Fundações/Institutos	0,52%
Fundação Orsa	0,91%
Associações	3,65%
Outras Organizações Terceiro Setor	7,02%
Não foi possível identificar	15,48%

A partir de janeiro de 2001

- Só admitir profissionais com titulação mínima em nível médio e ampliar a oferta de cursos superiores para professores de Educação Infantil.
- Assegurar que, em todos os municípios, além de outras verbas municipais, os 10% dos recursos de manutenção do ensino não vinculados ao Fundef sejam aplicados, prioritariamente, na Educação Infantil.
- Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência na manutenção, expansão, administração e avaliação das instituições de atendimento a crianças de zero a três anos.
- Garantir alimentação escolar na Educação Infantil, por meio da colaboração financeira da União e estados.
- Extinguir as classes de alfabetização incorporando as crianças imediatamente ao ensino fundamental e nele matricular todas as crianças de sete anos ou mais que freqüentem instituições de Educação Infantil.
- Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar.
- Adotar progressivamente o atendimento integral a crianças de zero a seis anos.
- Estabelecer parâmetros de qualidade.
- União e estado devem apoiar municípios com maiores necessidades técnico-financeiras.
- Garantir recursos do Tesouro e da Assistência Social para programas de renda mínima associados à educação, além de recursos da Saúde e Assistência Social para a Educação Infantil.

2002

- Elaborar “padrões mínimos de infra-estrutura” para o funcionamento adequado de instituições de Educação Infantil. A partir de então, só poderão ser construídas instituições que obedeçam a esses critérios.

2003

- Os municípios têm que definir sua política para Educação Infantil.

2004

- Implementar o programa de formação em serviço.
- Estabelecer sistema de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil nos municípios.
- Incluir creches ou entidades equivalentes no sistema nacional de estatísticas educacionais.
- Informatizar as secretarias estaduais de educação, integrando-as em rede ao sistema nacional de estatísticas educacionais.

2006

- 30% da população de até três anos de idade e 60% da população entre quatro e seis devem ter acesso à Educação Infantil.
- Adaptar as instituições de Educação Infantil já existentes aos “padrões mínimos de infra-estrutura”.
- Todos os dirigentes precisam ter formação em nível médio e os professores, habilitação específica de nível médio.
- Fornecer aos municípios materiais pedagógicos adequados para garantir os padrões mínimos de infra-estrutura.
- Informatizar as secretarias de educação da metade dos municípios com mais de 20 mil habitantes.
- Estabelecer, nos municípios, programas de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos de Educação Infantil.

2011

- Incluir na Educação Infantil 50% das crianças de zero a três anos e 80% de quatro e cinco.
- Nível superior para todos os dirigentes e para 70% dos professores.
- Estabelecer em todos os municípios, com a colaboração dos setores de educação, saúde e assistência social e de ONGs, programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre zero e três anos, oferecendo assistência financeira, jurídica e de suplementação alimentar nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema.

AS LEIS PARA OS PRIMEIROS SEIS ANOS DE VIDA DE UM BRASILEIRO*

A missão do profissional de comunicação, quando cobre temas relativos à Educação Infantil, passa por investigar, retratar e criticar a natureza das instituições, sua inserção nos sistemas municipais de educação, a formação dos professores, o trabalho de equipes multidisciplinares, os recursos humanos, materiais, pedagógicos e a infra-estrutura necessários para o desenvolvimento de crianças de zero a seis anos. Para isso, é importante dominar a legislação. Conhecer bem os documentos que estão na lista a seguir já é um bom começo.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988)

Nos artigos 6º, 7º, 30, 203, 208 (IV), 211 e 227, a Constituição Federal define a educação, a saúde, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados como direitos sociais. Também estipula o direito dos trabalhadores urbanos e rurais de contar com acesso a creches e pré-escolas para seus filhos. Envolve aspectos ligados aos municípios, assistência social, Estado, União, família e comunidade na garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990)

Cap.IV, art.53 - IV: "É dever do Estado assegurar (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade." Parágrafo único: "É direito dos pais ou do responsável ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais."

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (1993)

Art. 2º "A Assistência Social tem por objetivos:

- I- Proteção à família, à maternidade, à velhice;
- II- Amparo às crianças e adolescentes carentes."

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LEI Nº 9.394/96)

A Lei dispõe sobre a integração entre os esforços da família e do Estado na educação, a obrigação dos municípios de oferecer atendimento gratuito em creches e pré-escolas, a concepção, o desenvolvimento e a avaliação de propostas pedagógicas, a finalidade da Educação Infantil, a formação dos professores, os recursos financeiros e o papel dos conselhos. Os principais artigos que tratam deste nível de educação são: 1º; 2º; 4º (IV); 11 (V); 12 (VI e VII); 13 (I,II e IV); 14 (I e II); 17 (parágrafo único); 18 (I e II); 29; 30; 31 (disposições transitórias); 62; 63 (I e II); 64; 67 (disposições transitórias); 69; 70; 77; 90.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (RESOLUÇÃO Nº 1/99 E PARECER Nº 022/98)

As diretrizes de números 4, 5, 6, 7 e 8 tratam da elaboração de propostas pedagógicas, dos processos de avaliação das crianças, da exigência da presença de professores na equipe de direção e coordenação com, pelo menos, o curso normal de nível médio, das propostas pedagógicas e dos regimentos como ferramentas da gestão autônoma e de qualidade das instituições.

PARECER CEB Nº 20 (1998)

A Câmara de Educação Básica e o Conselho Nacional de Educação se manifestam sobre a inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental.

PARECER CEB/CNE Nº 26 (1997)

O Conselho Nacional de Educação se manifesta sobre financiamento.

A VOZ DA REDAÇÃO

Repórter da Folha de S. Paulo desde 2000, Antônio Gois estudou jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalhou como subeditor do caderno de Educação do jornal *O Dia* (RJ) entre 1996 e 1999 e hoje é também colunista do site *Aprendiz*.

É difícil publicar matérias sobre Educação Infantil na grande imprensa? Os leitores de jornais são, em sua maioria, pessoas que têm uma alta escolaridade, pertencem à classe média ou alta e não encontram dificuldades para matricular os filhos em creches e pré-escolas. A pauta é, em geral, voltada para o interesse deles. Portanto, uma greve na USP ou na UFRJ, por exemplo, chama muito mais atenção dos leitores da *Folha* ou de *O Estado de S. Paulo* do que um problema na Educação Infantil. Geralmente, só conseguimos emplacar esse assunto quando se trata de uma discussão de política pública, ou seja, pelo viés da desigualdade no acesso e não pela questão pedagógica. Mas acredito que a imprensa conseguiu transmitir um pouco da indignação da sociedade a respeito do tema. Tanto é que, em 2002, todos os candidatos à Presidência da República defendiam transformar o Fundef em um Fundo para atender também a Educação Infantil. Acredito, sinceramente, que a imprensa teve sua parcela de contribuição nisso.

A pesquisa coordenada pela ANDI detectou que apenas 1,8% das matérias falam sobre qualificação do professor. Por que isso é pouco discutido? Apesar de todas as mudanças legais, a visão da sociedade brasileira em relação a creches e pré-escolas ainda é muito assistencialista. E essa visão também está presente na imprensa. Acho que isso é um defeito da mídia. O jornalista geralmente se pauta pelo interesse público ou pelas conversas com as fontes.

Eu fiz uma série de matérias sobre uma decisão do Celso Pitta (então prefeito de São Paulo), que, por decreto, transferiu para a pré-escola crianças de quatro a seis anos que freqüentavam creches. Do ponto de vista pedagógico, a decisão estava correta. Mas as mães protestaram e me procuraram para denunciar. Elas não queriam que os filhos saíssem daquelas instituições, pois as creches ficavam próximas às suas casas. Então, eu acho que o jornalista precisa ter a coragem de, às vezes, contrariar o leitor, trazendo um novo ponto de vista. Não se limitar a publicar só o que as pessoas querem ler.

O Plano Nacional de Educação, sancionado em janeiro de 2001, estabelece uma série de metas para os próximos dez anos. Você tem feito matérias cobrando do Poder Público a execução desses compromissos? Fiz três ou quatro grandes reportagens sobre as metas estipuladas pela Década da Educação na LDB, cobrando do Poder Público o cumprimento delas. Nessas matérias, abordei a Educação Infantil e a questão da formação dos professores, que é

ainda um problema grave. Mas eu acho que falta mesmo, nos grandes jornais, esse tipo de acompanhamento das políticas públicas. Fazendo aqui uma autocrítica, eu produzi algumas matérias nesse sentido, mas acho que fiz menos do que deveria ou poderia.

As empresas de comunicação, em geral, e a Folha de S. Paulo, em particular, investem na qualificação dos profissionais com o objetivo de melhorar o noticiário sobre Educação Infantil? A Folha tem uma política de subsidiar cursos e convidar especialistas para conversar com jornalistas. No que diz respeito aos cursos, fica por conta de cada jornalista procurar o setor de interesse e sugerir ao jornal o aprofundamento. As áreas indicadas pelo próprio jornal são mais macro, como economia, idiomas e cursos de informática.

De qualquer forma, cabe a cada jornalista ir atrás disso. O grande entrave é que não basta ter boa vontade. Dificilmente um jornalista consegue ficar muito tempo fora da redação e, com a nossa vida corrida, é complicado achar um curso que se adapte ao horário de jornalista.

No meu entender, é papel, sim, das empresas estimular a especialização de seus jornalistas. No entanto, acho correta a política da *Folha* de deixar que a área de interesse específica seja sugerida pelo jornalista. O desafio para as empresas, contudo, é encontrar uma forma de flexibilizar o horário para permitir que o funcionário estude.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

(LEI Nº 10.172/01)

Instala, em 9 de janeiro de 2001, a Década da Educação, definindo os objetivos e as metas que o País deve atingir para a Educação Infantil nos próximos dez anos.

CONSTITUIÇÕES E LEIS ORGÂNICAS

ESTADUAIS / MUNICIPAIS

Garantem o direito das crianças à Educação Infantil e, em alguns casos, avançam mais que a legislação federal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Assegura o direito dos pais trabalhadores a que seus filhos freqüentem instituições de Educação Infantil.

TRATADOS INTERNACIONAIS

- Declaração Universal dos Direitos Humanos - ONU (1948)
- Convenção Internacional sobre Direitos da Criança - ONU (1989)
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Jomtien (1990)

** Seleção de leis extraída do Parecer 04/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que sintetiza os artigos mais significativos das diversas legislações citadas acima, com exceção do Plano Nacional de Educação e da Consolidação das Leis do Trabalho.*

Artigo

PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*por Elizabeth Leitão**

Nas últimas décadas, tem-se observado o crescente reconhecimento da importância da infância como fase fundamental do desenvolvimento humano. No Brasil, principalmente após a Constituição de 1988, vêm ocorrendo avanços no âmbito legal no que tange aos direitos das crianças como cidadãs, às relações de responsabilidades sociais compartilhadas – governo, família e sociedade – e ao cuidado e atenção à infância e à adolescência.

Apesar das disposições legais e do fato de as questões que envolvem a atenção integral às crianças estarem altamente imbricadas, esse segmento da população ainda continua sendo atendido de forma insuficiente, assistemática e desigual. A setorialização excessiva fragmenta as ações, reduz a eficiência e a efetividade dos programas desenvolvidos e gera desde posturas concorrenciais até dispersão, lacunas e superposição de recursos. Assim, os diversos programas e iniciativas dirigidos a essa faixa etária são desarticulados entre si e muitas vezes não conseguem uma abrangência satisfatória.

Articulação e cooperação

A fragmentação nas ações dirigidas às crianças brasileiras de zero a seis anos de idade impõe a necessidade de busca de mecanismos de integração horizontal, ou seja, entre as políticas setoriais de saúde, educação, assistência, cultura e justiça – só para citar algumas áreas. Por outro lado, são necessários parâmetros que promovam integração vertical de políticas e programas em regime de colaboração entre os entes federativos e entre estes e a sociedade.

A articulação desses vetores, horizontal e vertical, constitui um complexo desafio, tanto na formulação de estudos e pesquisas de acompanhamento e avaliação do processo de gerenciamento das políticas públicas, quanto num planejamento dessas políticas que operacionalize a articulação e a integração dos serviços públicos. Diante desse cenário é que foi criado o Comitê da Primeira Infância, uma instância de coordenação e articulação de políticas públicas voltadas para crianças de zero a seis anos de idade. Ele surgiu com a urgente e desafiante tarefa de desenvolver e valorizar atitudes de cooperação entre agendas, estratégias e atores. O Comitê busca integrar políticas que possam produzir programas e ações intersetoriais, otimizando os recursos existentes e potencializando os resultados.

Diálogo estimulado

Criado em dezembro de 2000, o Comitê foi vinculado institucionalmente à Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária. É constituído por um Fórum que reúne organizações governamentais, não governamentais e organismos internacionais. Assim, conta com a participação

dos Ministérios da Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social, Cultura, da Justiça, Ministério Público Federal, Comunidade Solidária, Unesco, Unicef, Banco Mundial, Pastoral da Criança e Fundação Orsa.

O Comitê não se define como um programa, mas sim como uma metodologia de trabalho. A sua atuação tem sido marcada, especialmente, por ações de sensibilização para a defesa dos direitos da criança. Esta etapa do trabalho é extremamente necessária, pois possibilita a criação de ambientes favoráveis para que o Comitê estabeleça uma coordenação efetiva das ações em favor da primeira infância.

Desenvolvimento local

A atuação do Comitê da Primeira Infância foi iniciada em 2001: 28 municípios de norte a sul do País participaram da experiência-piloto, elaborando um diagnóstico sobre a situação da infância e planejando ações de atendimento às gestantes e às crianças. Durante o ano de 2002, o Comitê ampliou a atuação em parceria com o Programa Comunidade Ativa. Nesta nova fase, tem como proposta central consolidar e expandir a rede de comitês locais para os 600 municípios brasileiros que vêm trabalhando seu processo de desenvolvimento local. O Comitê defende que esta é uma forma importante de romper com o ciclo de pobreza e exclusão social.

A experiência de trabalho do Comitê da Primeira Infância com municípios em processo de desenvolvimento local tem revelado que é extremamente necessária a construção de uma instância de coordenação e articulação para o fortalecimento da integração de políticas públicas em favor das crianças de zero a

seis anos de idade. Na tentativa de aprofundar a reflexão, o Comitê da Primeira Infância elaborou a publicação *Políticas Intersetoriais em Favor da Infância – Guia Referencial para os Gestores Municipais*. O material pretende evidenciar os benefícios derivados de um processo de trabalho coletivo, compartilhado e participativo, que constitui a pedra fundamental do sucesso da gestão social. Ao mesmo tempo, oferece sustentação a um importante passo para a garantia de uma vida digna para todas as crianças-cidadãs do País.

**Elizabeth Milward de Almeida Leitão é psicóloga e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Secretária-Executiva (1997-2001) do Programa Bolsa-Escola da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte. Atualmente é assessora junto à Secretaria Nacional de Políticas da Saúde (MS), atuando no Comitê da Primeira Infância.*

DIREITOS DA CRIANÇA

A redemocratização vivida no País na década de 1980 estimulou debates que deram origem a diversas leis estabelecendo um conjunto de direitos às crianças e suas famílias. Entre elas, destacam-se a própria Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Confira alguns desses direitos:

- Direito à vida e à saúde:* "São direitos fundamentais da criança a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação das políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento harmonioso, em condições dignas de existência". (ECA).
- Direito a um nome e ao registro civil:* "A criança será registrada imediatamente após o seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles". (Convenção dos Direitos das Crianças, da ONU).
- Direito a uma família:* "Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes". (ECA).
- Direito à alimentação:* "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação..." (Constituição Federal).
- Direito à educação:* "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" e "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". (Constituição Federal).

- Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade:* "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis". (ECA).
- Direito a brincar:* "O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: (IV) brincar, praticar esportes e divertir-se". (ECA).
- Direito à cultura:* "Os Estados-Partes respeitarão e promoverão o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e encorajarão a criação de oportunidades adequadas, em condições de igualdade, para que participem da vida cultural, artística, recreativa e de lazer". (Convenção dos Direitos das Crianças, da ONU).
- Direito à proteção:* "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". (ECA).

Fonte: Texto do livro Políticas Intersetoriais em Favor da Infância – Guia Referencial para Gestores Municipais, publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde e Comitê da Primeira Infância.

Caminhos para Aprimorar a Cobertura

RECOMENDAÇÕES PARA O JORNALISTA

- É importante trazer para a sociedade a revolução conceitual e legal que ocorreu com relação à Educação Infantil e aos direitos das crianças de zero a seis anos, entendendo as leis como instrumentos de transformação. A legislação pode servir como contraponto à visão limitada do atendimento à criança.
- Também é necessário introduzir um debate sobre a gestão da Educação Infantil que envolva outros atores sociais representativos, como o Legislativo e os Conselhos, e chamar a atenção da sociedade para o papel que cabe à cada uma dessas instituições.
- Conhecimentos legais, científicos e pedagógicos são importantes para enfrentar debates e questionar informações oficiais sobre políticas públicas. É valioso também estreitar relações com especialistas que rapidamente possam esclarecer pontos específicos sobre questões de legislação e gestão.
- Deve-se investigar o real benefício que as ações governamentais possam trazer para as crianças, respeitando as diversidades físicas, regionais e econômicas. E também fiscalizar a aplicação correta dos fundos financeiros destinados à criança.
- Vale aproveitar momentos em que a sociedade esteja envolvida com alguma discussão relacionada

à Educação Infantil para explicitar questões sobre legislação e gestão. Por exemplo: pode-se aproveitar um protesto de mães por falta de vagas nas creches para fazer matérias mais elaboradas e provocativas.

SUGESTÕES DE PAUTA

- A creche e a pré-escola de sua cidade ou região são de boa qualidade? Oferecem todas as condições físicas, pedagógicas e de estrutura exigidas?
- Quais as preocupações das mães e dos pais na hora de escolher a escola para os filhos? Os pais conhecem as exigências legais para as escolas infantis?
- Como se relacionam as novas descobertas científicas e a legislação voltada à Educação Infantil? Para que as primeiras possam ser aproveitadas no ambiente escolar, é fundamental que a escola esteja preparada.
- Sabendo-se que os três primeiros anos de vida são fundamentais para a criança, pode-se investigar se (e como) as leis e outras ações, nos três níveis de governo, protegem e estimulam o desenvolvimento da infância desde aquela etapa da existência.
- Os municípios definiram regulamentação própria, como sinaliza a *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB)? Como a legislação se traduz na escola (espaço físico, formação do professor, projeto político-pedagógico etc)?

②

O Acesso aos Espaços de Educação

*Uma discussão sobre creches e pré-escolas não
pode se limitar a focalizar inaugurações de
estabelecimentos e disputas por vagas*



FREQÜENTAR ESTABELECIMENTOS DE CRECHE E PRÉ-ESCOLA É CRUCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE MENINOS E MENINAS, NA MEDIDA EM QUE AJUDA A POTENCIALIZAR A CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS DE INTELIGÊNCIA, AS CAPACIDADES DE EXPRESSÃO ORAL, CORPORAL E ARTÍSTICA, AS HABILIDADES DE INTERAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DA AUTO-IMAGEM. SE ISSO NÃO É GARANTIDO, O PAÍS ESTÁ PLANTANDO UMA SEMENTE DE DESIGUALDADE.

OS NÚMEROS DO CENSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, REALIZADO NO ANO 2000 PELO MEC, MOSTRAM QUE ESSE NÍVEL DE ENSINO, LAMENTAVELMENTE, ESTÁ LONGE DA UNIVERSALIZAÇÃO. EMBORA 98% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS OFEREÇAM ESTABELECIMENTOS DE PRÉ-ESCOLA, 18% DELES AINDA NÃO DISPÕEM DE CRECHES. AQUI CABE, PORÉM, UMA REFLEXÃO. NA HORA DE DISCUTIR O ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO BASTA ABORDAR O PROBLEMA DA DISPUTA DE VAGAS, VÍCIO MUITO COMUM NA IMPRENSA BRASILEIRA. TAMBÉM É IMPRESCINDÍVEL FAZER QUESTIONAMENTOS SOBRE O TIPO DE ESCOLA QUE NOSSAS CRIANÇAS DEVEM FREQÜENTAR.

Infelizmente, o cenário atual no Brasil aponta para deficiências tanto no que diz respeito à oferta de vagas quanto em relação à qualidade desses estabelecimentos. Por isso, a imprensa precisa cobrar constantemente do governo e da sociedade ações que visem à expansão da rede de creches e pré-escolas e à melhoria das condições de atendimento de meninos e meninas de zero a seis anos.

Uma análise feita por Ângela Barreto, coordenadora técnica do Setor de Educação do Escritório da Unesco no Brasil, revela que apenas 9,2% das crianças brasileiras entre zero e três anos estão matriculadas em creches. A situação é bem melhor em relação à pré-escola: 52,1% da população entre quatro e seis anos frequentam essas instituições. Além disso, 8,1% das crianças nessa faixa etária já estão no ensino fundamental. *(veja mais dados sobre acesso e qualidade da Educação Infantil no capítulo “Leis e Gestão” na página 23).*

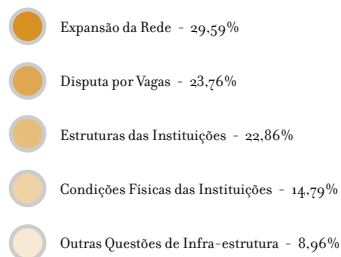
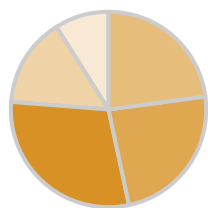


A Educação Infantil é tratada como um direito da criança em apenas 2% de todas as matérias analisadas. Ou seja, foram somente 15 inserções entre os 769 textos veiculados na mídia impressa ao longo do ano 2000.



Entre 769 reportagens, artigos e editoriais analisados pelos consultores convidados pela ANDI, 22,7% tratam do acesso a instituições de Educação Infantil e de sua infra-estrutura, o que representa 174 textos. Nesse universo, os enfoques mais representativos são disputa por vagas (41 reportagens) e expansão da rede (52).

ACESSO E INFRA-ESTRUTURA:
O ENFOQUE DAS MATÉRIAS, SEGUNDO A
PESQUISA MÍDIA E EDUCAÇÃO INFANTIL



Além do discurso político

Embora os assuntos relativos ao acesso a creches e pré-escolas e sua infra-estrutura mereçam um certo destaque na imprensa brasileira, o enfoque é, em geral, reducionista. As reportagens tendem a repercutir pautas oficiais e a transmitir uma visão favorável ao nível de governo a que estão relacionadas. A maioria reflete apenas a política de inauguração de creches e pré-escolas – o que poderia ser, em si, uma abordagem positiva. Mas a matéria ganharia muito em qualidade se o jornalista optasse por ultrapassar o discurso político e analisar o que aquele evento representa para a ampliação do acesso à Educação Infantil.

Nota-se que, em geral, o noticiário se limita a informar o leitor que, por exemplo, há uma nova creche na cidade dele. O estabelecimento é inaugurado e, no texto, aparecem o discurso do político e o número de crianças atendidas. O jornalista não explora o espaço e todas as atividades que a criança vai desenvolver ali – o que poderia ser a pauta, inclusive, para uma seqüência da matéria no dia seguinte.

Se isso é exposto, o leitor pode começar a entender a Educação Infantil como um direito da criança, além de uma necessidade da mãe e do pai trabalhadores e, ainda mais, o verdadeiro significado da experiência educativa que ocorre no contexto da instituição. Certamente é válida a abordagem da creche como equipamento social que dá condição ao trabalho extradomiciliar dos pais. Mas a questão não está restrita ao fato de o trabalhador passar a ter acesso a um lugar seguro para deixar sua criança.

Orientações equivocadas

Na maior parte do material analisado pela pesquisa coordenada pela ANDI sobre o noticiário de Educação Infantil ao longo do ano 2000, a creche ou a pré-escola não são avaliadas como ambientes educativos (*veja mais dados sobre essa questão no capítulo "Questões Pedagógicas", na página 71*). As reportagens sobre condições físicas e infra-estrutura de maneira geral tendem a se voltar para a falta de saneamento e para a descrição das instalações, das condições de higiene e da segurança no espaço físico da instituição.

A determinação legal de que o País deve orientar uma prática pedagógica que respeite o processo de desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida, extraída do *Plano Nacional de Educação*, vale também para a cobertura jornalística do tema.

O texto da legislação chama a atenção para a necessidade de se investir de forma decisiva na superação das dicotomias existentes entre creche e pré-escola, assistencialismo e educação, atendimento a carentes e educação para a classe média. Dicotomias essas, destaca a lei, que "orientações políticas e práticas sociais equivocadas foram produzindo ao longo da história".

O que observar em creches e pré-escolas

Tanto nas matérias sobre inaugurações quanto nas reportagens sobre falta de vagas, a pauta factual carrega uma visão viciada. Tende a ficar limitada à realidade de algumas famílias ou bairros. O jornalista perde a chance de,

a partir dessa oportunidade, aprofundar o tema Educação Infantil, abordando outras questões ou expandindo o contexto para o quadro nacional.

Além disso, não ocorre uma investigação sobre a pertinência da construção de determinado estabelecimento e se ele está de acordo com os padrões mínimos descritos pelas normas do Conselho Nacional de Educação, que estabelecem, no que diz respeito aos espaços físicos e aos recursos materiais, a necessidade de contemplar os seguintes quesitos:

- Ventilação, temperatura, iluminação e tamanho suficientes, além de mobiliário e de equipamentos com características adequadas.
- Instalações e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, nos casos em que há oferta de alimentos.
- Local para repouso individual, pelo menos para crianças com até um ano de idade, área livre para movimentação dos pequenos, lugares para amamentação e higienização, espaço para tomar sol e brincadeiras ao ar livre.
- Brinquedos e materiais pedagógicos para espaços externos e internos, dispostos de forma a garantir segurança e autonomia.
- Recursos materiais adequados às diferentes faixas etárias e à quantidade de crianças, atendendo aspectos como a segurança, a higienização, a manutenção e a conservação.

INAUGURAÇÕES FESTIVAS OU PROTESTOS POR VAGAS: ENFOQUES DIFERENCIADOS		DISPUTA POR VAGAS	EXPANSÃO DA REDE	
Fontes	Executivo	Federal	2,4%	—
		Estadual	4,9%	7,8%
		Municipal	46,3%	62,7%
		Total	53,6%	70,5%
	Usuários	26,8%	3,9%	
Tratamento dado ao governo na matéria	Favorável	9,7%	82%	
	Desfavorável	51,6%	14%	
	Neutro	38,7%	4%	
O que inclui o governo na pauta	Anúncio oficial	7,3%	67,3%	
	Demandas do setor educacional	36,6%	3,8%	
	Iniciativa da imprensa	17,1%	5,8%	
	Outros	39%	23,1%	

Ao contrário das matérias sobre disputas por vagas em creches e pré-escolas, que têm como principal estímulo as demandas do setor educacional, os textos sobre a expansão da rede na área da Educação Infantil tendem a repercutir pautas oficiais. No caso dessas reportagens sobre inaugurações, é comum a reprodução de uma visão favorável ao nível de governo a que estão relacionadas. Mais de 80% desses textos são complacentes com as ações governamentais. Já quando o assunto em foco é a disputa por vagas, a tendência são textos mais críticos ou neutros: menos de 10% deles adotam uma postura favorável ao governo. Não por acaso, a voz da população também encontra maior espaço para veiculação nesse tipo de pauta.

A VOZ DA REDAÇÃO

Formada em Comunicação Social pela FMU-FIAN (Faculdades Metropolitanas Unidas - Faculdade Integrada Alcantara Machado), Ângela Santos é jornalista do Programa Roda Viva, da TV Cultura.

O Conselho Tutelar aparece como fonte em apenas uma matéria do universo analisado pela pesquisa Mídia e Educação Infantil. Outros conselhos (de Educação, de Saúde, da Criança e do Adolescente) foram ouvidos em 14 das 769 reportagens. Por que eles mal aparecem? Essa realidade se repete no noticiário televisivo? A cobertura dos assuntos da infância na TV cresceu muito do início da década de 90, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, até hoje. Mas, se foi difícil cavar espaços para as pautas sobre a criança e o adolescente com abordagens diferenciadas para velhos problemas, mais difícil ainda é, em especial para o veículo TV, entrar no dia-a-dia dos conselhos tutelares e de direitos e enxergar a partir deles novas pautas na ótica dos direitos. Talvez a consolidação do espaço da pauta criança no noticiário não tenha sido acompanhada de um aprimoramento dos jornalistas sobre como abordar os problemas que envolvem esse público a partir do direito de ter direitos. Acho que quando a Educação Infantil for tratada na perspectiva dos direitos, a própria comunidade entenderá

o papel das ações públicas para essa faixa etária. A imprensa, por sua vez, poderá perseguir os caminhos que levam à garantia de atendimento pedagógico e de cuidados adequados à faixa etária de zero a seis anos.

Como você avalia a cobertura do tema Educação Infantil na TV? Infelizmente, o tema ainda é tratado quando há denúncias contra escolas ou creches ou fatos que envolvam a agenda oficial da área da Educação. Ainda que, nesses momentos, as pautas sejam abrangentes, mostrando problemas e soluções e contextualizando os fatos dentro da realidade social e econômica em que ocorrem, falta espaço nas TVs para esmiuçar a Educação Infantil como ponto fundamental do processo de desenvolvimento da criança.

Quais as principais dificuldades enfrentadas na cobertura desse tema? Creio que a dificuldade esteja em rastrear a importância do tema Educação Infantil, fugindo da idéia de que vamos mostrar apenas professores em um trabalho especializado que falam para crianças que "não rendem entrevistas" por causa da idade. Daí a necessidade de o pauteiro ou o repórter conhecerem a fundo o tema e as descobertas científicas que mostram a importância do aprendizado nos primeiros anos de vida.



No universo de 769 textos sobre Educação Infantil publicados por 49 grandes jornais brasileiros em 2000, 446 são sobre políticas públicas implementadas pelas diversas esferas governamentais, o que significa 58% do total de matérias. A sociedade civil, incluindo empresas e entidades do Terceiro Setor, é o foco principal em apenas 9,9% dos textos. Já o tratamento da Educação Infantil de um ponto de vista geral e não-governamental é o tema central em 32,1%, aponta a pesquisa coordenada pela ANDI sobre a cobertura desse assunto (*veja o gráfico na página 59*).

MÍDIA E GOVERNO

A educação acontece na família, no bairro, em parques, em projetos que complementam as vivências que a criança experimenta em casa e nas instituições que integram o sistema de ensino básico, como acontece com as creches e pré-escolas. Mas a visão que a imprensa brasileira atualmente tem da Educação Infantil ainda não contempla essa realidade multifacetada. Entre as mais importantes constatações da análise coordenada pela ANDI sobre a cobertura da mídia impressa a respeito desse tema está o fato de que a abordagem sobre as políticas públicas conduzidas pelas diversas instâncias estatais representa a grande maioria dos textos.

Municipalização em curso

A prevalência do enfoque nas políticas públicas justifica um mergulho nos números extraídos desse universo específico – composto por 446 textos. As administrações municipais são o principal nível de governo focalizado, com 255 das matérias sobre iniciativas estatais. O Governo Federal aparece em 120 delas. Enquanto o primeiro dado reflete um jornalismo mais alinhado com uma perspectiva tecnicamente consistente em termos de Educação Infantil, o segundo evidencia uma preocupante tendência da imprensa brasileira durante a era FHC: a de dedicar uma parte significativa da cobertura do tema Educação às ações do Ministério.

Vale destacar aqui que a Educação Infantil é de responsabilidade municipal. Ou seja, há fontes de informações sobre o tema em cada uma das 5.507 cidades brasileiras encarregadas de garantir o acesso a instituições adequadas para

as crianças em seus primeiros seis anos de vida. Esse processo de municipalização está em curso depois de haver sido definido por diversas leis aprovadas ao longo da última década. Pode-se dizer, assim, que a Educação Infantil no País encontra-se em uma fase de transição. Nesse momento de transferência de responsabilidades é possível deduzir que alguns índices deveriam ter aparecido mais fortemente na análise da cobertura: os que se referem às parcerias entre as diferentes esferas do governo.

Pauta governamental

Nas coberturas das políticas públicas estatais, os próprios governos pautaram a mídia. Se somarmos os anúncios oficiais de medidas (140 inserções), com a resposta do governo a movimentos dos mais diversos setores da sociedade (38) e a divulgação de procedimentos de avaliações (42), chegamos à seguinte cifra: 49,3% das 446 inserções relativas a essas políticas foram geradas a partir de um dos níveis governamentais (veja tabela na página 62).

Esse índice esconde um problema na cobertura de políticas públicas: ainda são pouco ouvidas fontes não-oficiais que podem agregar perspectivas novas e contextualizar a iniciativa a partir de seus aspectos positivos e negativos. É importante notar que os momentos nos quais o governo pauta a mídia tendem a resultar em matérias favoráveis às suas iniciativas. Nada menos do que 75% dos anúncios oficiais produzem matérias positivas para o governo. Por outro lado, nos textos gerados a partir de informações disponibilizadas pelo segmento educacional, por exemplo, 71,7% das inserções são desfavoráveis ao governo.

Outros caminhos

Tais dados reforçam a necessidade de diversificar as fontes de informação. Assim, é possível realizar a cobertura, por exemplo, de um anúncio oficial, abrindo espaço para que segmentos sociais relacionados à Educação Infantil possam então contextualizar e, inclusive, contestar o programa, a ação ou a medida anunciados.

Ouvir o Legislativo, que possui comissões especializadas na área da educação, pode ser outro caminho para estabelecer um contraponto às posições do Executivo. Na pesquisa *Mídia e Educação Infantil*, coordenada pela ANDI, o Legislativo só foi a fonte em 2,7% das inserções. O mesmo se aplica ao Terceiro Setor, universidades, grupos sociais e organismos internacionais.

Os dados da cobertura sobre creches e pré-escolas relativas ao período de janeiro a junho de 2002 revelam que a imprensa ainda continua "viciada" na voz oficial. Enquanto 38% das fontes ouvidas nas 500 matérias a respeito desse assunto são associadas ao Executivo Municipal, apenas 19% delas são de profissionais das escolas, 11% são de especialistas e 10% de mães. Os pais aparecem como fontes em apenas 1,2% das reportagens sobre Educação Infantil.

O OUTRO LADO DO BALCÃO

A psicóloga Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino é professora do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento e do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). Lúcia é graduada pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Lógica e Filosofia da Ciência pela Unicamp. Além disso, é integrante do programa Filosofia na Escola, da UnB, que prepara professores da rede pública para darem aulas sobre essa temática para crianças.

Como você avalia a qualidade do trabalho dos jornalistas que cobrem a área da Educação Infantil? Antes de falar sobre a qualidade do material jornalístico sobre Educação Infantil, é preciso ressaltar o quanto essa área é pouco conhecida dos cidadãos em geral, de como o governo tem deixado a desejar em sua atuação nesse nível de ensino e, portanto, do quanto necessitamos ampliar e melhorar o atendimento a crianças de zero a seis anos.

E, é claro, essa condição geral de pouca valorização da Educação Infantil leva à não qualificação de profissionais de jornalismo na área, que não tem merecido atenção especial, mesmo sendo tão importante para a formação das pessoas. Quem cobre Educação Infantil não tem tido incentivo, chamamento social, para se aperfeiçoar.

Que problemas são mais comuns no relacionamento da fonte com os jornalistas? O problema maior, a meu ver, é que os jornalistas se debruçam sobre a questão da Educação Infantil com os olhos do senso comum, sem se informarem sobre os avanços científicos e teórico-práticos na área.

Assim, muitas vezes, seu questionamento revela concepções de criança e de educação condicionadas ao que as mídias escrita, falada e televisiva divulgam: a criança é tomada como um ser não pronto, como “baixinho”, passivo diante dos adultos e dos apelos das propagandas, que pauta sua vida nos moldes adultos, do ponto de vista estético (criança bonita é aquela que se veste e se apresenta como o adulto) e ético (criança boa é só aquela que obedece o adulto sem perguntar, criticar o que lhe é ensinado); a educação, por sua vez, é vista como transmissão de conhecimento ou treinamento.

Não se espera que o jornalista seja um especialista, mas seria desejável que se informasse melhor antes de fazer entrevistas, que saísse do universo da mídia popularizada. Isso o ajudaria a interpretar melhor a fala dos especialistas e não torcê-la, muitas vezes inadvertidamente, na direção esperada pelo senso comum.

Ao dar uma entrevista, que aspectos devem ser lembrados pelo especialista? Acredito que não deve só haver um esforço de nossa parte em sermos claros, mas, especialmente, em darmos todo um quadro referencial

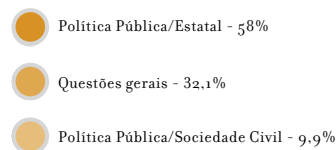
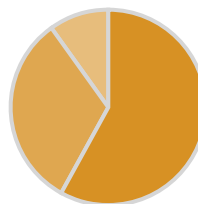
teórico-prático para que o jornalista compreenda o que estamos querendo dizer. Depois disso, sempre ficamos esperando ansiosamente pela publicação da reportagem para nos certificarmos de que não foram postas palavras em nossas bocas e nem desvirtuadas nossas idéias e valores sobre o tema abordado.

Aproveito a oportunidade para salientar a importância do contato pessoal numa entrevista. É sempre melhor conversar com o repórter pessoalmente do que por telefone. Isso ajuda a evitar possíveis ruídos de comunicação.

O que os jornalistas deveriam fazer para se qualificar?

Para se qualificarem melhor, já que são responsáveis não só por fazer circular opiniões, mas por transformá-las e tornar a opinião pública mais crítica, deveriam se especializar (jornalisticamente falando) no assunto. Num país carente de profissionais qualificados como o nosso, a especialização em Educação já seria um primeiro passo. O ideal, naturalmente, seria que fosse possível especializar-se em Educação de crianças.

O FOCO PRINCIPAL DAS REPORTAGENS.
SEGUNDO A PESQUISA MÍDIA E EDUCAÇÃO INFANTIL



O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

Existem atualmente 92.526 estabelecimentos de Educação Infantil no País, de acordo com os resultados do *Censo da Educação Infantil 2000*, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação. Destes, 27.396 contam com o trabalho de voluntários na execução de suas atividades, tanto na parte administrativa como na pedagógica.

A iniciativa privada é responsável pelo funcionamento e pela manutenção de 24.907 estabelecimentos de Educação Infantil no Brasil – desse total, cerca de 44% (ou 10.778 unidades) são mantidos por instituições da sociedade civil, como associações comunitárias, organizações não-governamentais e sindicatos.

Em algumas cidades, como Belo Horizonte, a quantidade de meninos e meninas atendidos por entidades não-governamentais chega a ultrapassar o número de vagas oferecidas pela rede de creches e pré-escolas que é mantida pelo governo municipal. Segundo Edna Rodrigues Arthuso, assessora técnica do Movimento de Luta Pró-Creches (MLPC), enquanto hoje em dia a rede municipal atende cinco mil meninos e

meninas, as creches comunitárias são responsáveis por nada menos de 18 mil crianças.

Esse cenário, que se repete em outras localidades do Brasil, é fruto da forte influência das organizações da sociedade civil na Educação Infantil. Sabe-se que a oferta de espaços para crianças de zero a seis anos surgiu e cresceu, em grande medida, a partir de iniciativas das próprias comunidades locais. E o trabalho voluntário nessa área ainda é herança dos tempos em que a atividade em creches e pré-escolas tinha essencialmente um caráter assistencialista.

Pouco espaço na mídia

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB) criou uma série de desafios a serem vencidos pelos estabelecimentos de Educação Infantil de todo o País. Essas dificuldades são ainda maiores para as instituições mantidas pela sociedade civil organizada. Sem recursos suficientes para realizar as modificações necessárias no espaço físico em que atuam e investir na formação dos profissionais, exigências da nova LDB, muitas tendem a desaparecer.

Mesmo assim, esse universo ainda é pouco abordado pela cobertura jornalística com enfoque na Educação de crianças de zero a seis anos de idade. No conjunto de 769 textos sobre creches e pré-escolas publicados por 49 grandes diários brasileiros ao longo do ano 2000, a análise realizada pela equipe de consultores convidada pela ANDI e seus parceiros registrou que os atores da sociedade civil – incluindo as empresas e entidades do Terceiro Setor – é foco em apenas 9,9% das reportagens.

A baixa representatividade desses atores no noticiário pode ser um indicativo de que a imprensa brasileira ainda não percebeu a importância de lançar um olhar atento sobre a atuação da sociedade civil em áreas como a da Educação Infantil. Existe um imenso potencial de crescimento para esse aspecto da cobertura. Mas também há a necessidade de melhor qualificar essa visão. Em geral, o noticiário sobre as ações da sociedade civil ainda carece de uma postura mais crítica por parte da imprensa brasileira (*veja o artigo "O Papel da Mídia na Cobertura do Terceiro Setor", na página 64*).

Independência financeira

Com os novos padrões criados pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* de 1996, as instituições de Educação Infantil precisam comprovar que são capazes de se auto-financiar com pelo menos R\$ 300,00 mensais por criança atendida, segundo informações do Movimento de Luta Pró-Creches (MPLC). A média nacional de custo por criança das entidades em funcionamento não ultrapassava, até 2002, os R\$ 150,00, aponta Edna Rodrigues.

Esse é um dos pontos mais críticos para as instituições não-governamentais que atualmente trabalham na área de creches e pré-escolas. Outro requisito para que tais estabelecimentos possam funcionar é obter uma autorização do Conselho Municipal de Educação.

Outro aspecto importante é que as organizações da sociedade civil podem conseguir isenção fiscal com um certificado de entidade beneficente de assistência social, que substituiu o antigo certificado de filantropia. Mas para obtê-lo é preciso

alcançar um nível de organização documental que a maioria das creches comunitárias está longe de possuir.

O MPLC está elaborando uma proposta que visa permitir a arrecadação de recursos junto ao empresariado para que esses estabelecimentos possam realizar as melhorias na estrutura física estabelecidas pela LDB e também oferecer melhores salários a seus educadores.

A idéia é incentivar os empresários a contribuir com o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pelo artigo 6º da Lei 8.242/91. De acordo com Edna Rodrigues, já foram implementados diversos fundos estaduais e municipais, mas ainda há pouca divulgação relacionada ao funcionamento desses mecanismos.

Pessoas físicas e jurídicas podem contribuir com os fundos. No primeiro caso, é permitida a dedução de até 6% do imposto de renda. Já para as pessoas jurídicas é permitido o abatimento mensal do imposto devido no valor das deduções efetivadas, abrangendo tanto as tributadas com base no lucro real quanto as tributadas com base no lucro estimado. O limite máximo de dedução mensal é de 1%. A contribuição pode ser efetivada com um documento de arrecadação DARF (federal) ou DAR (estadual ou municipal).

QUAL O FOCO DA COBERTURA EM POLÍTICAS PÚBLICAS, SEGUNDO A PESQUISA MÍDIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Administrações Municipais	57,2%
União (Governo Federal)	26,9%
Governos Estaduais e DF	12,3%
Estado/Municípios	1,8%
União/Municípios	1,6%
União/Estados	0,2%

DO QUE TRATAM OS TEXTOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

Educação Infantil e Terceiro Setor	28,9%
Serviço e Atendimento	21,1%
Fundações empresariais e a defesa da Educação Infantil	6,6%
Creches em empresas	5,3%
Estímulo à educação dos filhos de funcionários	1,3%
Outros	36,8%

O QUE GEROU AS REPORTAGENS SOBRE POLÍTICAS ESTATAIS EM EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE ZERO A SEIS ANOS

Anúncio Oficial	31,4%
Segmentos Educacionais	15,0%
Iniciativa da Imprensa	10,1%
Divulgação de Avaliações (Censo)	9,4%
Resposta do Governo a Demandas	8,5%
Demandas de Outros Grupos/Indivíduos	6,7%
Terceiro Setor	6,1%
Pesquisas	4,0%
Eventos	1,3%
Organismos Internacionais	0,9%
Grupos Sociais	0,7%
Não foi possível fazer a aferição	5,8%

A pesquisa Mídia e Educação Infantil aponta que a maior parte das matérias sobre políticas públicas estatais para essa área foi motivada por iniciativas do governo, em suas três instâncias – federal, estadual ou municipal. Enquanto mais de 30% dessas reportagens nasceram no embalo de anúncios oficiais, apenas 10% surgiram por iniciativa da própria imprensa.

A VOZ DA REDAÇÃO

Repórter do jornal *O Globo*, onde cobre principalmente Educação e Saúde, Lisandra Paraguassú é formada pela PUC do Rio Grande do Sul e já trabalhou nas redações da *Zero Hora*, do *Correio Braziliense* e da *Folha de S. Paulo*.

A pesquisa coordenada pela ANDI mostrou que a imprensa não vê a Educação Infantil como um direito da criança. Apenas 2% dos textos têm esse enfoque. No seu entender, por que ainda persiste essa visão equivocada? Acredito que ainda permaneça esse enfoque por desconhecimento. Até pouquíssimo tempo atrás, a maioria das crianças brasileiras não tinha nem acesso ao ensino fundamental, que dirá à Educação Infantil. A necessidade de colocar as crianças na escola sempre foi encarada como a importância do acesso à 1ª série em diante, aquela em que se aprende a ler e escrever. Antes disso, era considerado que se a criança ficasse em casa com a mãe, tudo estava bem.

As pesquisas que mostram a relevância da Educação Infantil são relativamente recentes e ainda não foram assimiladas pela sociedade. É essencial aumentar o conhecimento dos jornalistas e haver uma mudança de postura. Quando escrevo sobre Educação Infantil, tento mostrar esse nível de ensino não apenas como um direito da criança, mas também como uma necessidade.

As matérias sobre disputa de vagas em creches e pré-escolas limitam-se ao factual. A mídia tem dificuldades em aproveitar esse gancho para aprofundar o debate sobre a qualidade? A atenção principal na mídia ainda é para os Ensinos Fundamental, Médio e Superior. Acredito que a cobertura, em geral, seja limitada ao factual pela falta de espaço. Poucos jornais e tevês têm, hoje, um espaço dedicado a discutir a Educação. Mesmo as matérias sobre as outras áreas de Educação passam pouco do factual.

*Somente 3% das reportagens discutem o papel dos pais na educação das crianças. Por que essa questão não aparece? As matérias sobre o envolvimento dos pais na educação dos filhos normalmente surgem em áreas especiais, como o Jornal da Família, de *O Globo*. Poucos jornais têm espaços específicos para tais reportagens, como um caderno para a família ou uma página de educação. Acho que essa é a principal razão. A maior parte dos veículos reserva suas páginas principais para os fatos do dia-a-dia e, assim, essa discussão só aparece quando há um fato específico que puxe uma matéria com esse perfil. A outra possibilidade está nas reportagens de final de semana, quando os jornais, e as tevês, tentam apresentar textos mais reflexivos. Acho que não há má vontade, mas dificuldade de selecionar com objetividade o que deve ou não entrar no jornal.*

Artigo

O PAPEL DA MÍDIA NA COBERTURA DO TERCEIRO SETOR

por *Fernando Rossetti**

O Terceiro Setor já merece tratamento especializado pela mídia – assim como acontece com as áreas de economia, política, educação, esporte ou cultura. Mas é um equívoco assumi-lo como causa. O papel da imprensa deve se restringir (como em todas as áreas de cobertura) a fornecer informação de qualidade aos leitores.

Essa posição pode desapontar “terceiro-setoristas” mais afoitos. No entanto, é a única garantia de que a informação que recebemos buscará ser realmente a mais isenta possível. A perspectiva de que o papel prioritário da mídia é oferecer informação de qualidade joga nova luz sobre a maneira como a área social é – ou poderia vir a ser – coberta pelos jornais, rádios, sites, televisões e outros meios de comunicação.

Salvo honrosas exceções, essas áreas têm uma cobertura precária, ora tão catastrofista que desanima qualquer cidadão, ora com uma falta de crítica beirando o piegas. Ambos desmobilizam a sociedade.

Esse é o problema central, atualmente, do relacionamento entre os meios de comunicação e o Terceiro Setor: não há tradição, não há padrões de qualidade claramente definidos, não há jornalistas formados.

Assim, é necessário, primeiro, definir o que é uma cobertura de qualidade e, segundo, apontar quem é responsável por isso. Tenho feito essa pergunta a diversas audiências e o resultado é uma lista de elementos que, juntos, ajudariam a construir uma boa reportagem:

Outros lados: A cobertura sobre o Terceiro Setor tende a só ouvir um lado, em geral aquele que promove a ação; muito raramente, os beneficiados – estes, quando ouvidos, dizem algo do tipo: “Mudou minha vida”.

Notícia quente: O tempo da área social se mede em gerações. É processo, não evento. Isso justifica os jornais dedicarem espaços próprios para a cobertura de áreas sociais (Terceiro Setor, educação, saúde etc.). Raramente ocorre. Faltam abordagens originais.

Tensão narrativa: Notícia boa é notícia ruim, e vice-versa. Está na raiz de qualquer reportagem, romance ou novela de qualidade. Um jornal formado por boas notícias seria chatíssimo. Mas é esse o tom dominante da cobertura sobre o Terceiro Setor (vide a produção sobre o Ano do Voluntariado). Para piorar, abundam os adjetivos, em detrimento dos substantivos. Tudo muito “chapa branca”.

Edição: Alguns dos textos mais longos e sem “respiro” do jornalismo ocorrem no Terceiro Setor. No máximo, uma foto

do cidadão que promove a “boa ação”, da criancinha atendida, ou dos dois juntos. Não há quadros sobre o tema; faltam estatísticas – que, quando surgem, vêm sem fonte ou checagem.

Dinheiro: Não há reportagens comparando o trabalho do Terceiro Setor com políticas públicas governamentais. A ANDI mostra que, em 2001, menos de 5% das reportagens sobre investimento social privado correlaciona o valor investido pela empresa no social ao seu orçamento total.

Esses são apenas alguns dos elementos que deveriam compor uma boa reportagem, mas em geral estão ausentes. É importante deixar claro que os responsáveis por isso são todos os envolvidos na construção da notícia: meios de comunicação, faculdades de jornalismo, jornalistas, editores, leitores, governos, ONGs, beneficiários, assessorias de comunicação, empresários, entre outros.

Mas o fato é que a sociedade brasileira ainda está muito mal informada pela mídia quando o foco da pauta recai sobre o Terceiro Setor.

**Fernando Rossetti é educador e comentarista da TV Futura. Trabalhou por 10 anos na Folha de S. Paulo e por outros cinco como diretor-executivo da Cidade Escola Aprendiz.*

A VOZ DA REDAÇÃO

Com longa carreira na televisão, Maria Cristina Poli já passou pelas TVs Globo e Cultura. Hoje, é âncora do Jornal da Noite, da Bandeirantes.

Qual a maior dificuldade para cobrir Educação Infantil? Há receptividade das fontes? Eu não vejo dificuldades. Educação Infantil é um tema fácil de abordar. Todo mundo tem uma história para contar. Mas a demanda que temos sobre esse assunto é baixa. Chegam poucas sugestões de pauta sobre creches e pré-escolas. Além disso, esse é um tema com caráter oficial. Nunca vem por meio de uma ONG, associação de bairro ou por educadores. Não sei quais os caminhos que essas instituições percorrem para chegar à imprensa, mas tais pautas não chegam para a gente. Mas sinto também que esse tema acaba sendo engolido pelas urgências do dia-a-dia. A Educação Infantil deveria ser pautada com prioridade, já que é estratégica na formação das crianças.

Ao fazer matérias sobre Educação Infantil, é comum apontar soluções para os problemas abordados? Sim, mas é essencial a ajuda dos especialistas, que são fontes com o histórico do problema e que sempre consultamos. Além disso, em caso de denúncia, cobramos a solução do órgão competente e buscamos mostrar iniciativas que se revelaram eficientes na resolução daquelas questões denunciadas.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNDO

Desde a década de 90, as preocupações com a educação e o cuidado na primeira infância vêm aumentando significativamente em todo o mundo. Atenta a essa tendência, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizou um dos mais abrangentes estudos sobre políticas públicas nessa área. O levantamento englobou 12 países – Austrália, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, República Tcheca, Reino Unido e Suécia – e seus resultados foram compilados em livro lançado no Brasil pela Unesco, em abril de 2002.

A pesquisa detectou, por exemplo, que os serviços destinados às crianças com idade inferior a três anos têm sido negligenciados nas discussões sobre Educação. Segundo o estudo, a Dinamarca é o país em que as despesas públicas com Educação Infantil são mais elevadas em relação ao Produto Interno Bruto – cerca de 0,9%. A maior parte das nações analisadas gasta entre 0,4% e 0,6% do PIB com esse nível educacional. A pesquisa faz, entretanto, uma importante ressalva: essas cifras referem-se às despesas destinadas especificamente à faixa etária de três a seis anos, portanto podem estar subestimadas.

Investimento baixo

Ainda de acordo com a análise da OCDE, os países gastam mais por criança no ensino fundamental do que nos serviços para a primeira infância. A situação no Brasil não é muito diferente. Segundo dados de 1998, fornecidos pelo Ministério da Educação, o gasto público com as crianças de zero a seis anos é de 0,42% do PIB – índice bem inferior aos 3,04% aplicados no ensino fundamental. Conforme o estudo da OCDE, a Noruega é, de longe, a nação com despesas mais altas por criança na Educação Infantil: são US\$ 8.000 anuais contra cerca de US\$ 6.000 destinados por aluno no ensino fundamental.

A pesquisa identificou oito elementos políticos capazes de favorecer o acesso equitativo a uma Educação Infantil de qualidade. Veja a seguir o resumo dos principais pontos, extraído do livro *Educação e Cuidado na Primeira Infância – Grandes Desafios*, da Unesco:

1. É fundamental haver uma abordagem “sistêmica e integrada” do desenvolvimento e da implantação das políticas de ECPI (Educação e Cuidado na Primeira Infância). Segundo a pesquisa, a existência de um ministério de referência atuando em cooperação com outros departamentos e setores pode incentivar o desenvolvimento de ações coerentes e participativas que atendam às crianças e suas famílias.

2. Também é necessário que a Educação Infantil esteja integrada ao sistema educacional. Segundo o estudo, isso fortalece a “abordagem da aprendizagem por toda a vida, estimula transições sem distúrbios para as crianças e reconhece a ECPI como parte importante do processo educativo”.

3. O estudo detectou que nesses países o acesso à Educação Infantil é praticamente universal para as crianças a partir de três anos. No entanto, segundo a pesquisa, é preciso uma “atenção acentuada” para as ações destinadas aos bebês e às crianças mais novas, incluindo as políticas de licença maternidade/paternidade, e também para aquelas com deficiências.

4. “Existe a necessidade de substancial investimento público para garantir um sistema sustentável de qualidade e o acesso aos serviços.” De acordo com a pesquisa, os governos devem desenvolver “estratégias claras e coerentes para alocar recursos escassos de maneira eficaz, inclusive o investimento em uma infra-estrutura que apóie os esforços de planejamento a longo prazo e de aprimoramento da qualidade”.

5. Para assegurar um atendimento de qualidade, também é imprescindível haver um processo participativo e democrático, envolvendo a escola, os pais e as crianças. É importante a existência “de padrões de qualidade regulamentados para todas as modalidades de serviços” e de “referenciais pedagógicos focalizados no desenvolvimento global das crianças”.

6. Uma Educação Infantil de qualidade depende da “boa formação do pessoal e de condições satisfatórias de trabalho em todos os setores”. Segundo o estudo, “existe a necessidade crítica de desenvolver estratégias que permitam recrutar e conservar mão-de-obra qualificada, diversificada e mista, além de garantir que a carreira na ECPI seja satisfatória, respeitada e financeiramente viável”.

7. Deve ser dada atenção especial à coleta de dados e ao monitoramento das políticas. De acordo com a pesquisa,

isso exige a “implantação de procedimentos coerentes” para colher e analisar informações sobre as crianças, os serviços ofertados e os trabalhadores desse setor. Além disso, são necessários esforços internacionais para “identificar e corrigir as lacunas existentes em relação aos dados nessa área”.

8. Para garantir um “processo contínuo de aprimoramento” é preciso haver investimentos regulares e de longo prazo em pesquisas e levantamentos que façam uma radiografia desse nível de ensino, ajudando, assim, na formulação de políticas públicas.

Caminhos para Aprimorar a Cobertura

RECOMENDAÇÕES PARA O JORNALISTA

- É essencial trazer a criança para o centro da pauta. Seja qual for o assunto ou fonte de informação, deve-se valorizar o protagonista da matéria: a criança.
- Ao visitar um novo estabelecimento, preste atenção na infra-estrutura, na formação dos profissionais, no projeto pedagógico, na utilização do lúdico, no respeito aos desejos das crianças e na disposição do ambiente. Questione como serão investidos os recursos, quantas crianças serão atendidas e quantas ficarão de fora da escola.
- Evite cair na armadilha das fontes viciadas: pela facilidade de encontrá-los, pela importância que possuem em determinada área ou pelo próprio interesse deles, certos entrevistados costumam aparecer com frequência nas matérias. É muito importante diversificar os atores ouvidos.
- Dedicar-se a uma cobertura menos pontual, abordando o tema da Educação Infantil de forma sistemática, ética e responsável, é fundamental. O resultado dessa postura possibilitará ao leitor uma visão crítica sobre todos os aspectos que envolvem a educação de seus filhos.
- É recompensador o esforço de montar um banco de fontes especializadas e ligadas às comunidades ou de

acompanhar pesquisas, legislações, manifestações da sociedade organizada e eventos. Com isso, o jornalista pode ir além da mera cobertura do calendário oficial.

- Deve-se aproveitar ganchos factuais para inserir dicas, conceitos, informações e questionamentos que ressaltem aspectos ligados à Educação Infantil.
- Merecem visibilidade os conselhos escolares, municipais de educação, tutelares, e de direitos da criança e do adolescente. O profissional da mídia deve ouvir essas instâncias sempre que for possível.
- É importante ressaltar a igualdade de direitos das crianças com necessidades especiais de aprendizagem, combatendo preconceitos – até mesmo na própria família – que restringem as possibilidades da criança e seu interesse pela educação.
- Exige atenção a questão dos direitos da criança a uma educação de qualidade, mesmo que essa reivindicação não esteja presente no discurso das famílias de baixa renda. Matérias correlatas à principal ou quadros ilustrativos podem lembrar esses direitos das crianças e das famílias.

SUGESTÕES DE PAUTA

- Identificar nos municípios o percentual de recursos orçamentários que é aplicado na Educação Infantil,

fiscalizando e questionando a administração pública sobre esse investimento.

- Conhecer as creches e as pré-escolas, para revelar suas realidades em termos de infra-estrutura, aparelhamento e metodologia pedagógica.
- Quais as condições em que são feitos os atendimentos médicos e de saúde nesses estabelecimentos?
- Investigar o acesso da família ao processo de Educação Infantil, por meio de suas relações com os profissionais que trabalham em creches e pré-escolas.
- Como as crianças sem acesso a instituições estão sendo educadas (por pais, vizinhos, nas ruas etc)?
- Quantas crianças não estão sendo atendidas por falta de vagas em creches e pré-escolas? E o que a comunidade pode fazer para resolver o problema?
- Aproveitar o Dia Nacional de Luta pela Creche (12 de outubro) para aprofundar a discussão sobre a importância da Educação Infantil no contexto do desenvolvimento humano.
- Algumas universidades, como a UnB e a Unicamp, oferecem cursos superiores para profissionais da Educação Infantil. Vale verificar se essa formação pode ser oferecida em outras regiões.
- Trazer à tona as recentes pesquisas sobre desenvolvimento infantil produzidas pelas universidades.
- Em cada estado do País existe um escritório da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (Omep). O que faz esta ONG? Em que ela pode ajudar? No Rio Grande do Sul, por exemplo, a entidade oferece formação profissional; já em Mato Grosso, propicia atendimento direto às crianças, mantendo uma creche-modelo. No Nordeste, oferece brinquedotecas em bairros periféricos.
- Conforme o Censo Escolar, existem instituições de atendimento à primeira infância funcionando de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Que instituições são essas e como podem contribuir?
- Acesso e financiamento devem ser discutidos sob a ótica da legislação. Afinal, as leis para a Educação Infantil garantem ou não o acesso universal a creches e pré-escolas? De onde, legalmente, deve vir o financiamento? Municípios podem justificar que a prioridade para o ensino fundamental os desobriga a oferecer a Educação Infantil? Qual deve ser a participação dos estados e da União?
- No Brasil, os estabelecimentos de creches e pré-escolas necessitam estar inscritos em alguma Secretaria de Educação – municipal ou estadual?

③

Questões Pedagógicas

É tarefa de creches e pré-escolas, com a participação da família, organizar ações e práticas para estimular o pleno desenvolvimento das crianças de zero a seis anos



DESDE MEADOS DO SÉCULO XIX, A PEDAGOGIA ESTUDA E PROPÕE CONDIÇÕES PARA TORNAR A PRÉ-ESCOLA UMA ETAPA RICA, CAPAZ DE COMPLEMENTAR AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM CASA E EM OUTROS AMBIENTES SOCIAIS. E, A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX, OS ESPECIALISTAS COMEÇARAM A VOLTAR AS ATENÇÕES TAMBÉM PARA O ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS.

SABE-SE QUE NESSES TRÊS PRIMEIROS ANOS DE VIDA AS SINAPSES, ESPÉCIES DE PONTES ENTRE UM NEURÔNIO E OUTRO, FAZEM O CÉREBRO CHEGAR A 1,2 QUILO, QUASE O TAMANHO QUE TERÁ NA FASE ADULTA. ESSA REDE SE DESENVOLVE QUANDO A CRIANÇA VÊ, OUVI E SENTE. OU SEJA, QUANDO RECEBE ESTÍMULOS. ACREDITA-SE QUE A ESTABILIDADE EMOCIONAL, O VOCABULÁRIO POTENCIAL E A CAPACIDADE DE RACIOCÍNIO LÓGICO SÃO DETERMINADOS ATÉ OS QUATRO ANOS.

SEGUNDO ESTUDOS DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA), OS BRASILEIROS QUE FREQUENTAM A PRÉ-ESCOLA ENTRE OS CINCO E SEIS ANOS TENDEM A AUMENTAR SUA RENDA FUTURA EM ATÉ 18%. EM TODO ESSE PERÍODO, A FAMÍLIA, A CRECHE, A PRÉ-ESCOLA E OUTROS AMBIENTES DE CONVÍVIO AJUDAM A GARANTIR A PLENA FORMAÇÃO DESSAS FUTURAS GERAÇÕES.

A infância é uma fase do desenvolvimento humano com características próprias. A criança é um ser ativo, curioso, imaginativo, criativo. Por isso, é essencial que nessa fase sejam desenvolvidas atividades para que ela interaja no mundo social, físico e lógico. Nesse processo, a criança vive a partir da brincadeira, da oportunidade do movimento, do ambiente relacional, funcional, do jogo, vencendo desafios propostos em relação à leitura do mundo que a cerca. Exercitar riscos, rabiscos e desenhos é uma etapa importante antes do ensino da escrita.

É, portanto, uma missão dos estabelecimentos de Educação Infantil organizar ações educativas e práticas capazes de contribuir para que as crianças experimentem as vivências necessárias para sua plena formação e nas quais os profissionais da infância, principalmente os professores, possam construir projetos, organizar espaços e estabelecer parcerias.

Ter a clara noção de que as creches e as pré-escolas não são apenas abrigos seguros para deixar a criança enquanto os pais estão comprometidos com suas atividades profissionais, mas locais onde um conjunto de ações pedagógicas favorece o pleno desenvolvimento infantil, é um passo extremamente importante para mudar a ótica da cobertura sobre o tema.



A escolha por um dos diferentes tipos de instituições de Educação Infantil foi tema de 3,5% dos textos avaliados pelos consultores convidados pela ANDI, enquanto 5,3% focalizam a disputa por vagas. A primeira pauta quase sempre trata de estabelecimentos particulares entre os quais os pais podem optar, na época de matrícula. Vale destacar que quando a matéria tem essa característica de serviço, orientando a família na escolha de uma instituição privada, comentando e sugerindo estratégias de adaptação da criança, o jornalista demonstra interesse pelos aspectos pedagógicos, propriamente educacionais. Tende a ser preciso, cuidadoso, didático. E põe as atividades das crianças no centro da matéria.



Em 3,8% dos textos analisados pela pesquisa *Mídia e Educação Infantil*, esse nível de ensino é retratado apenas sob a ótica assistencialista, ignorando as diretrizes curriculares que orientam essa prática pedagógica.

"Nossas crianças têm direito: à brincadeira, à atenção individual, a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante, ao contato com a natureza, à higiene e à saúde, a uma alimentação sadia, a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão, ao movimento em espaços amplos, à proteção, ao afeto e à amizade, a expressar seus sentimentos, a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche, a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa."

Esse texto foi extraído dos critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (Coordenação Geral de Educação Infantil – Coedi /MEC, 1995, por Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos).

Além da assistência

A pesquisa realizada pela ANDI e seus parceiros sobre o comportamento da mídia na cobertura da Educação Infantil detectou que, em geral, quando o repórter vai até o estabelecimento centraliza as observações sobre a qualidade da instituição somente no que diz respeito ao visual externo do prédio. Nos textos avaliados, também existe mais ênfase em questões como financiamentos, alimentação, situação de higiene e sono. São todos pontos importantíssimos. O problema é que não há investigação consistente sobre o ambiente, o cotidiano, os brinquedos ou sobre como a instituição constrói a educação conjunta com a família.

A assistência social é também um direito da criança, mas não resume a forma adequada de cuidar e educar. É preciso considerar as características de cada faixa etária e exigir dos adultos a compreensão da importância das brincadeiras, das atividades dirigidas e semi-dirigidas. No Brasil, ainda há entraves políticos, técnicos e financeiros para a construção de uma condição educacional dirigida às crianças de zero a seis anos. As creches, infelizmente, ainda são pensadas como paliativas e, dentro dessa abordagem assistencial, professores e profissionais não são valorizados.

A urgência de outra visão

Ao entrar em uma creche ou pré-escola, é importante mudar o foco: em vez de procurar por cadeiras e mesas dispostas em salas, típicas da fase da escolarização, é preciso buscar por livros de histórias, brinquedos e observar se o espaço físico é flexível, permitindo organizar diferentes atividades e deixar a criança livre para explorá-lo.

Os recursos materiais utilizados nas instituições podem funcionar como indicadores para o olhar da prática da Educação Infantil. As formas de utilização e organização do ambiente físico, social e relacional refletem a concepção que a instituição tem da criança de zero a seis. É preciso verificar tamanho, distribuição e variedade de recursos materiais que permitam o desenvolvimento da criança.

Valorização do profissional

É também fundamental aprofundar o debate sobre a qualificação do profissional que atua em creches e pré-escolas. O *Plano Nacional de Educação* (PNE), sancionado em janeiro de 2001, destaca a importância desse aspecto: "A formação dos profissionais da Educação Infantil merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de zero a seis anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne, cada vez mais, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele e renovando-o constantemente".

Existe hoje, em vários países do mundo, um movimento voltado para a exigência de uma formação básica mais prolongada e de nível mais elevado para os profissionais que lidam com crianças de zero a seis anos. Na Europa Ocidental, por exemplo, a regra é que esses professores tenham, no mínimo, três anos de formação em nível superior.



Apenas 0,4% das matérias avaliadas pela pesquisa *Mídia e Educação Infantil* focaliza recursos materiais e relações interpessoais, o que reforça a necessidade de aumentar o número de reportagens abordando esses aspectos. Para isso, o jornalista deve procurar saber como acontece a aproximação da escola com a família, com a comunidade e como se estabelecem essas presenças dentro da instituição, além de observar a quantidade de adultos para cada grupo de crianças no ambiente escolar.



O profissional da infância, ou o professor de Educação Infantil reconhecido como tal, conta com apenas uma inserção no universo da pesquisa coordenada pela ANDI, o que reflete a presença de um número bastante diversificado de terminologias utilizadas para identificar o adulto que cuida e educa as crianças da faixa de zero a seis anos.

BRINCADEIRA E APRENDIZADO

“Brincar com criança não é perder tempo, é ganhá-lo: se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados, em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.” (Carlos Drummond de Andrade)

Transformações do sistema produtivo e das relações de trabalho assombram pais e mães com o fantasma do futuro desemprego de seu filho. Assim, eles passam a acreditar que as crianças deveriam ser estimuladas a perseguir o sucesso – idéia comumente associada, no caso de creches e pré-escolas, a uma antecipação da escolaridade. O problema é que essa antecipação pode ter, na realidade, reflexos negativos no desenvolvimento dos meninos e das meninas.

Na Educação Infantil, o aprendizado se dá por meio da brincadeira, permitindo à criança descobrir, explorar e crescer. É essencialmente diferente do ensino fundamental. A criança de zero a seis anos tem necessidades, interesses específicos e estágios de desenvolvimento que precisam ser respeitados. Assim, as creches e as pré-escolas não devem se basear na divisão por disciplinas ou em horários rígidos, como no modelo do ensino fundamental. Para se desenvolver pessoal e socialmente, essa criança precisa ter acesso ao conhecimento do mundo, o que, no seu caso, se dá na brincadeira e na descoberta, pelas quais desenvolve o senso estético e princípios éticos. O parecer do Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil reúne conceitos e caminhos para entender melhor essa concepção. O documento pode ser acessado no site do próprio ministério (www.mec.gov.br).

Mais do que cadeiras e mesas

A organização do espaço ajuda a criar condições pedagógicas para o desenvolvimento dos valores de autonomia, responsabilidade, solidariedade, cooperação e respeito, pela oportunidade que oferece à criança de se relacionar com o outro – com os animais, a natureza e o mundo que tem à sua volta. Essas possibilidades podem ocorrer em creches, pré-escolas, parques e praças infantis e também em outros lugares.

Para a criança, o espaço é um ambiente. Mais do que a metragem que ocupa, para ela existe, segundo definiu a arquiteta Mayumi Souza Lima, “o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços da liberdade ou da opressão”. Os seguintes itens ajudam o jornalista a analisar a qualidade de uma instituição de Educação Infantil:

- Ela oferece oportunidades para as crianças fazerem experiências com água, terra, plantas?
- Apresenta risco de se machucarem?
- Tem área livre e espaçosa para atividades como correr e esconder-se?
- Oferece proteção contra chuva e sol fortes?
- Os ambientes são alegres, acolhedores e iluminados?
- A decoração é feita com trabalhos das crianças e/ou com motivos de nossa cultura?
- As mesas e cadeiras são adequadas ao tamanho das crianças e leves para serem movidas por elas mesmas?
- O espaço da sala é suficiente para organizar diferentes ambientes ou centros de atividades e permite a mobilidade das crianças?
- As estantes ou armários podem ser alcançados pelas crianças?
- Elementos como maçanetas, pias e torneiras estão em altura adequada ao tamanho das crianças?
- Há um espaço para as mães amamentarem?



Entre as 769 matérias sobre Educação Infantil, publicadas ao longo do ano 2000 pelos principais jornais do País, apenas 8,6% abordam o desenvolvimento da criança. E 1,8% discute como qualificar o educador.



Entre as matérias analisadas pelo estudo coordenado pela ANDI, todas elas referentes, em primeiro lugar, a creches e pré-escolas, apenas 3,0% – ou 23 inserções – abordam o papel da família na educação dos filhos.

O OUTRO LADO DO BALCÃO

Especialista em Educação e Desenvolvimento Humano, Stela Maris Lagos Oliveira é mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Desde 1986, integra a equipe da Coordenação Geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação. Em novembro de 1999, ela assumiu o cargo de coordenadora do setor.

Para você, o que pode emperrar a relação entre fonte e jornalistas? Minha queixa principal diz respeito à modificação da informação, seja no seu conteúdo, seja na utilização descontextualizada, levando a interpretações equivocadas daquilo que foi dito ou, ainda, no empobrecimento das idéias do entrevistado ao se fazer uma síntese excessiva das mesmas. De maneira geral, a entrevista por escrito elimina esses problemas desde que as idéias centrais sejam respeitadas pelo editor.

*Você costuma preparar material para o jornalista na hora de passar uma pauta? Preocupa-se em transmitir informação em linguagem acessível? Quando existe algum assunto específico que estamos querendo divulgar, produzimos junto com a assessoria de imprensa um *release* visando situar o jornalista a respeito daquele tema. Existe sim uma preocupação de que a informação seja passada*

em linguagem clara e acessível, mas quando o jornalista não tem qualquer conhecimento básico sobre o assunto em pauta, isto se torna insuficiente.

De quem é a culpa quando a mensagem sai "truncada"? É só do jornalista? Acho que na comunicação de idéias os dois lados devem ser considerados: o do entrevistado e o do entrevistador. A experiência de entrevistar e de ser entrevistado favorece um resultado satisfatório na comunicação. Além disso, na medida em que o entrevistado tem clareza do que quer dizer e o entrevistador do que quer saber, a comunicação flui.

Tenho constatado que alguns jornalistas, por não terem um conhecimento básico sobre o assunto, fazem perguntas confusas ou sem nexo, que acabam sendo difíceis de serem respondidas, se não for esclarecido antes o que realmente está se querendo saber. No meu caso, como entrevistada e considerando que o tema Educação Infantil não é de domínio geral, passei a ficar atenta quando o jornalista não tem clareza do assunto e aí dou respostas mais didáticas, que possibilitem que ele dê continuidade à entrevista com mais objetividade e clareza.

Qual é o papel da fonte na hora de passar a informação? Principalmente no nosso caso, que falamos de serviços públicos, temos obrigação de informar bem, de divulgar aquilo que sabemos, de relatar o que o governo vem fazendo, de ampliar o conhecimento da população sobre

a nossa área de trabalho. No caso da Educação Infantil, esta questão se torna mais importante, porque temos também um papel de contribuir na modificação de concepções equivocadas que ainda estão presentes em muitas pessoas.

Por exemplo, a de que a ação junto a um bebê deve se limitar à higiene, à alimentação e ao carinho, e, em razão disso, para se trabalhar numa creche é suficiente gostar de crianças, ser “limpo” e paciente com elas. Ou ainda a de que o objetivo da Educação Infantil é preparar para o ensino fundamental e, em consequência, as atividades devem ser centradas na alfabetização.

OS PRIMEIROS ANOS DE VIDA: UMA REVOLUÇÃO NO CÉREBRO*

As duas últimas décadas foram marcadas por intensas transformações na maneira de encarar o desenvolvimento infantil. Para se ter uma idéia da evolução recente no pensamento da ciência, até o início dos anos 1980 os cientistas acreditavam que as pessoas nasciam com a estrutura do cérebro completamente determinada. Esse “determinismo genético”, no entanto, ficou ultrapassado. De acordo com cientistas do Baylor College of Medicine, nos Estados Unidos, crianças que não brincam muito ou raramente são tocadas possuem cérebros de 20% a 30% menores do que o considerado normal para sua idade.

Atualmente, muitos pesquisadores estão convictos de que nos primeiros anos da infância existem períodos críticos e de sensibilidade, denominados “janelas de oportunidades”. São nessas etapas da existência que o cérebro precisa de estímulos para criar ou fortalecer algumas estruturas duradouras.

Um exemplo de “janela de oportunidades” é a habilidade para aprender um segundo idioma entre o nascimento e a idade de seis anos (*veja mais dados sobre essa questão nas tabelas da página 81*). Os adultos também conseguem aprender novas línguas. Entretanto, esse esforço é, de maneira geral, bem maior.



Na pesquisa realizada pela ANDI e seus parceiros sobre o noticiário de Educação Infantil em 2000, a grande maioria das matérias que relacionam esse assunto ao desenvolvimento da criança – 8,6% ou 66 do total de inserções – tem como tema principal o *Prêmio Qualidade na Educação Infantil*, promovido pela Fundação Orsa, pelo MEC e pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) às melhores experiências nessa área nos Estados. Nessas reportagens, porém, o foco não é a questão pedagógica nem mesmo as práticas ou as experiências premiadas. Raras vezes uma instituição é visitada pelos jornalistas autores dos textos. A pauta quase sempre se restringe à solenidade de entrega do prêmio.

Conexões rápidas

Quando vem ao mundo, uma criança tem 100 bilhões de células cerebrais. No nascimento, os bebês já dispõem da maior parte de neurônios de que precisarão para o resto da vida. Mas eles ainda não estão conectados em rede. E é exatamente nesses primeiros anos de vida que os neurônios formarão as conexões – as chamadas sinapses – mais rapidamente.

Aos três anos, o cérebro da criança formou em torno de um quadrilhão de conexões – duas vezes a quantidade que tem um adulto. O cérebro ficará muito denso até o final da primeira década de vida. A partir de 11 anos de idade, a massa cinzenta começa a se livrar de conexões extras e permanecem as ligações que foram usadas repetidamente nos primeiros anos. Enquanto as que não foram usadas são perdidas, as que restaram se fortalecem e são organizadas para o aprendizado de conceitos mais difíceis e habilidades que o jovem precisará dominar.

Prioridade desde cedo

Diante das descobertas sobre o funcionamento do cérebro nos primeiros anos de vida, os especialistas não têm mais dúvidas de que é preciso priorizar essa etapa da existência. De acordo com o Banco Mundial (Bird), programas integrados de desenvolvimento infantil podem ser a mais efetiva e simples maneira de auxiliar crianças pobres, famílias, comunidades e nações a romper o ciclo da pobreza intergeracional. Ainda segundo o Banco, a Educação é um alimento para o cérebro e serve como uma espécie de vacina para outros fatores de risco.

Conforme estudo do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), o baixo nível educacional

das mães representa um alto risco para os filhos. Segundo pesquisas de diversas culturas, meninas que participam de ações que estimulam o desenvolvimento são melhor preparadas para continuar seus estudos. Também já foi demonstrado cientificamente que as mulheres com maior acesso à educação têm menos filhos e mais condições de criá-los. Outras pesquisas revelaram que o nível educacional da mãe é o melhor indicador do crescimento cognitivo da criança.

De acordo com o Banco Mundial, o ideal é centrar esforços na fase que vai até os quatro anos de idade. Isso porque estima-se que metade do desenvolvimento intelectual seja alcançado até essa etapa do crescimento humano. E as crianças que estão em situação de risco social são as mais beneficiadas.

Pesquisa da Universidade do Alabama, nos Estados Unidos descobriu que grupos de crianças pobres podem ter 20 pontos a mais no coeficiente de inteligência quando precocemente estimuladas em relação a grupos sem essa intervenção. O estudo revelou ainda que os programas de desenvolvimento infantil fazem com que essas crianças tenham menor probabilidade de repetência no ensino fundamental.

Os benefícios vão além. Ao oferecer estimulação psicossocial, os programas de desenvolvimento infantil são capazes de aumentar a eficácia das iniciativas de cuidados com a saúde e com a nutrição das crianças.

** Texto adaptado de apresentação elaborada por Halim Girade, Oficial de Projetos/Desenvolvimento Infantil do Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, a partir de informações reunidas em Early Child Development: Investing in the Future (organizado por Mary Eming Young, Banco Mundial) e de outras fontes.*

JANELAS DE OPORTUNIDADE

Aspecto	Período
Etapa em que ocorre de forma mais acentuada o desenvolvimento da visão...	Até alguns meses após o nascimento
O potencial do vocabulário é determinado por palavras que são filtradas pela criança antes de atingir a idade de...	Três anos
As bases neurológicas para o desenvolvimento da matemática e da lógica são assentadas antes da idade de...	Quatro anos
A estabilidade emocional é fortemente afetada pela maneira como o cérebro se desenvolve nos primeiros...	Dois anos

PESO DA MASSA CINZENTA EM VÁRIAS FASES DA VIDA

Idade	Peso do cérebro (g)
20 semanas de gestação	100
No nascimento	400
18 meses	800
Três anos	1100
Adulto	1300 a 1400

O PAPEL DA FAMÍLIA

A discussão sobre o envolvimento dos familiares na educação das crianças de zero a seis anos é fundamental. E ela não pode ser pautada pela perspectiva assistencialista, e sim pela relação que os familiares devem construir com a instituição, compartilhando responsabilidades e também o prazer na tarefa de educar meninos e meninas.

O papel do adulto nesse processo é extremamente importante. A sua atuação, permeada por relações afetivas saudáveis, orienta, estimula e problematiza. Esse dia-a-dia em um ambiente enriquecedor, tanto na família como na escola, favorece a construção da auto-estima, da criatividade, da segurança e da solidariedade das crianças.

Mas, em geral, o olhar da mídia não está voltado para a investigação das condições de vida da criança em casa. O resultado são reportagens que não abordam a ótica do direito às diversas faces do desenvolvimento, ignorando que os meios disponíveis para a formação da criança na família também estão na pauta. Uma matéria é mais enriquecedora quando leva o leitor não só a conhecer melhor o que se passa no novo espaço educativo, mas também o quanto ele se articula com o familiar e o complementa.

Estereótipos reforçados

No caso das reportagens com o viés da denúncia, apontam-se, por exemplo, a falta de vagas e o prejuízo vivido pelas famílias quando a mãe vê sua capacidade de trabalho limitada pela falta de um local para deixar suas crianças. Assim, a questão fica reduzida à garantia de segurança e à infra-estrutura do lugar e não à necessidade de que haja um ambiente propício para estimular as capacidades cognitivas, a imaginação, as brincadeiras, as noções de música, a lógica e a linguagem. O jornalismo parece, dessa forma, reforçar o estereótipo de que a Educação Infantil pública é mesmo uma ação pobre para os pobres. Embora não se trate de um silêncio completo, pouco se comentam as questões propriamente pedagógicas. Predominam a externalidade, o contexto, o fato aparente.

No que diz respeito à família, a mídia impressa tende a abordar a Educação Infantil como algo associado quase exclusivamente à mãe, ignorando a compreensão de que o pai compartilha a responsabilidade pelo desenvolvimento e pela educação da criança. As matérias reforçam, assim, um outro estereótipo: o de que os filhos são assuntos de mulher, responsabilidade da mãe. Outro grande avanço jurídico da Constituição Federal, fundamentado na realidade biopsicológica do ser humano, é o conceito de que a criança também é “filha do pai”.

Novos paradigmas

Em todo o mundo e também no Brasil, os especialistas têm abordado a Educação Infantil a partir de uma perspectiva mais ampla: a do Desenvolvimento Infantil. E, segundo essa visão, a família tem uma missão extremamente importante

– a participação na vida da criança desde a sua concepção. De acordo com esses novos paradigmas, os bebês não deveriam ser encarados como apenas criaturas que mamam, choram e dormem. Desde cedo, a criança é um sujeito de direitos. Tem direito à vida, ao afeto, a um nome e a uma nacionalidade, a brincar, a chorar e a contar com a paciência, a tolerância e a compreensão dos adultos.

De acordo com o psicólogo infantil Craig Loftin, representante-adjunto do Unicef no Brasil, a organização tem trabalhado para apoiar pais e adultos com o objetivo de prepará-los para respeitar cada momento da vida da criança, cada etapa de desenvolvimento dela. Segundo o Unicef, a capacidade dos mais velhos deve ser estimulada para que possam escutar aquilo que a criança está dizendo, mesmo sem palavras.

Apoio à família

Conforme essa abordagem, se em sua família e em seu entorno a criança encontra pessoas que a enxergam, escutam e acompanham com interesse e com expectativa positiva seus passos, ela tem muito mais chances de se tornar uma menina ou um menino feliz e seguro.

Estudos indicam que essa interação saudável torna a criança melhor preparada, emocional e biologicamente, para aprender a lidar e a trabalhar com estresses ou desapontamentos do dia-a-dia ao longo de sua vida. Tudo isso faz parte da concepção de Educação Infantil.

Esse apoio à família é o que o Unicef tem chamado de fortalecimento das competências familiares. Segundo Craig Loftin, isso significa aprender o que as famílias sabem, entender

o que elas querem para suas crianças e ajudá-las a exercer sua sabedoria e suas crenças.

Influência na escola

No que se refere aos demais espaços de Educação Infantil a família também deve desempenhar um papel de peso. Ela tem o direito de participar da escolha da instituição de Educação Infantil, da formulação e da implementação do projeto pedagógico de creches e pré-escolas e de quaisquer estabelecimentos para meninos e meninas que estão na primeira infância, a exemplo das brinquedotecas ou dos grupos que reúnem mães, pais e crianças, dentre outros espaços comunitários hoje existentes.

Na opinião de Craig Loftin, a presença ativa da família nos estabelecimentos de Educação Infantil, escolhendo com educadores e com as próprias crianças (na medida de seu amadurecimento), as prioridades em termos de atividades pedagógicas, instalações, materiais e recursos humanos é crucial para a garantia de qualidade desses espaços.

De acordo com a educadora Márcia Mendes Mamede, assessora da Pastoral da Criança em educação e desenvolvimento infantil e pesquisadora do Instituto de Pesquisas Heloísa Marinho (Iphem), um estudo do Ipea

A VOZ DA REDAÇÃO

Editor do caderno de Educação do *Diário de Natal*, o jornalista Eugênio Parcellle formou-se em Comunicação Social e Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente, também é presidente da Companhia TerrAmar, ONG que trabalha com cultura, educação e comunicação.

Na sua opinião, quais são as principais deficiências da cobertura da imprensa brasileira sobre creches e pré-escolas? Uma coisa que me chamou a atenção na análise coordenada pela ANDI a respeito desse tema foi o enfoque governamental da cobertura. Nós, jornalistas, não estamos acostumados a ouvir a criança. É preciso entrevistar os especialistas, mas também é importante dar oportunidade para as crianças se expressarem. Isso faz parte do processo de construção da cidadania. É a partir dessa expressividade que as crianças vão ter consciência de seus direitos e deveres. A imprensa ainda não despertou para a potencialidade que elas têm.

Na hora, por exemplo, de fazer uma matéria sobre merenda escolar, que aspectos você leva em conta? Quais fontes são ouvidas? Geralmente a gente ouve a escola e a criança. De vez em quando ouvimos também a família. Mas há temas em que devemos ter cuidado e esse é um deles. Normalmente a

cantina oferece salgadinho e refrigerante. Como a escola é referência, deveria oferecer um modelo de alimentação saudável. Se você for entrevistar os meninos, eles vão querer o salgadinho e o refrigerante no lanche. Já a escola segue apenas pelo lado comercial, ou seja, vende o que as crianças querem comer.

O jornalista tem o poder de dar um caminho para a matéria. Para isso tem que ouvir todos os lados, mas deve ter a referência do que é correto. O profissional de comunicação precisa ter a percepção de que está formando as novas gerações. Além disso, falta uma visão coletiva sobre a questão. Os pais e a escola têm que saber da importância do lanche natural. Se a escola trabalha a questão de um jeito e os pais de outro, acabam criando um conflito na cabeça dos meninos. Nós, da imprensa, mais do que ninguém, temos que conscientizar a sociedade sobre a importância de uma alimentação saudável desde a infância.

Nota-se que quando a pauta tem o caráter de serviço, o jornalista aborda aspectos pedagógicos, fazendo uma matéria para orientar os pais na escolha de um bom colégio para os filhos. Mas quando a reportagem fala de disputas de vagas ou de inaugurações de creches e pré-escolas, fatos que ocorrem mais frequentemente em escolas públicas, essas questões são esquecidas. Por quê? Isso me parece uma questão derivada da realidade social mesmo. Como você vai discutir a qualidade de um serviço quando o que há é a disputa

por ele? É aquela regrinha da economia: lei da oferta e da procura. Se existe a oferta, há como buscar a qualidade. No entanto, se existe mais procura, isso fica complicado. Como a clientela é muito carente, os pais têm medo de criticar para não perder a vaga. Além disso, a maioria não tem o conhecimento necessário para fazer uma análise mais qualitativa do processo. Eles não têm consciência da importância da creche no processo de formação da criança. Engana-se quem pensa que essa percepção existe apenas nas classes mais baixas. Isso também acontece, e com frequência, nas creches particulares.

Infelizmente, é raro fazermos matérias sobre creches. Precisamos despertar para isso. Nós, enquanto jornalistas, temos a liberdade da crítica. Devemos cobrir, sim, inauguração de creches. Mas devemos fazer o acompanhamento para saber se tudo acontece conforme o estabelecido pela legislação. Também precisamos mostrar a importância dessa fase na vida da criança para que os pais tenham consciência do papel central da Educação Infantil.

sobre as creches municipais do Rio de Janeiro constatou que o tipo de apoio financeiro dado a essas instituições não garante necessariamente um serviço de qualidade. Segundo a pesquisa, nas creches que contavam com uma parceria estreita com as famílias, o desenvolvimento das crianças era mais satisfatório.

Sem imposições

Márcia Mamede acredita que é, de fato, muito importante valorizar e compreender as “oportunidades educativas” no âmbito da vida familiar e comunitária. No entanto, ela enfatiza que qualquer proposta de trabalho nesse sentido não deve impor um saber técnico em detrimento do saber da própria família e muito menos ter a pretensão de substituir o direito de acesso sistemático da criança ao contexto escolar da Educação Infantil.

Para a educadora, é preciso, em primeiro lugar, identificar as concepções e as idéias sobre a criança, presentes nas famílias e na comunidade. Atualmente, já circula na sociedade a noção de que a criança é um ser competente com necessidades, modos de pensar e de fazer as coisas que lhe são próprios. Entretanto, ressalta Márcia Mamede, essa maneira de enxergar a infância ainda não é hegemônica. Além disso, a idéia de infância varia conforme o tipo de família, de classe social e de sociedade em geral, nas quais a criança está inserida.

Disparidades sociais

“No Brasil, existem diferentes formas e oportunidades de criar e educar as crianças pequenas. Infelizmente, essas diferenças se devem menos à nossa rica diversidade cultural e mais à grande disparidade econômica entre as classes sociais”, lamenta a educadora.

No dia-a-dia de milhares de famílias brasileiras, os pais enfrentam enormes dificuldades para criar e educar seus filhos, sobretudo por motivos econômicos. Márcia Mamede chama atenção para o fato de que as crianças pobres estão tendo um tempo de infância cada vez mais reduzido porque desde cedo precisam cuidar dos irmãos mais novos e, não raro, têm de trabalhar. A elas, é imposta uma “independência precoce e subalterna”, que não melhora a auto-estima nem rompe com o ciclo da pobreza.

“Com as crianças de classes mais ricas geralmente ocorre o contrário: a infância é de longa duração. Ao receberem mais cuidados do que necessitam, os filhos tornam-se muito dependentes, os pais se antecipam e fazem as coisas *pelas* crianças e não *com* elas”, salienta a educadora em seu texto *A Criança na Família e a Família da Criança*, originalmente publicado em meio eletrônico para compor material da série televisiva Educação e

Desenvolvimento Infantil, do Programa Salto Para o Futuro (TV Escola –TVE Brasil).

“Muitas dessas crianças de classes sociais mais ricas não experimentam nem a liberdade de brincar nem a sensação de fantasiar e desejar, pois, à medida que tudo lhes é fornecido em profusão, não percebem a diferença entre o ter e o não ter, não aprendem a repartir e não sabem o que é realmente desejar, porque confundem desejar com consumir por consumir”, acrescenta a educadora.

No entanto, de acordo com Márcia Mamede, independentemente da classe social, um dos principais requisitos para o estímulo do desenvolvimento infantil é a disponibilidade afetiva da família. “É importante que haja um mínimo de interação entre pais e filhos. Além disso, a família precisa valorizar a brincadeira, o mundo do faz-de-conta da criança”, defende a especialista.

Mudanças no modelo familiar

Há que se considerar também que a estrutura da família vem passando por profundas transformações nos últimos anos. Essas mudanças acarretam diferentes configurações e formas de encarar a rede de relações familiares. Há os núcleos tradicionais, compostos por marido, mulher e filhos. Também existem famílias nas quais os filhos moram com a mãe ou com o pai, separadamente. Outras nas quais os filhos moram com um dos pais que se casou novamente. Há ainda aquelas em que cabe aos avós ou a tios a educação das crianças. Ou ainda as famílias não convencionais, de pais homossexuais ou poligâmicos, por exemplo.

Um estudo do Ipea diagnosticou essas transformações. Embora o modelo tradicional ainda predomine, representando 72% da população, a pesquisa detectou, por exemplo, o crescimento de famílias monoparentais (mulher ou homens com filhos), entre 1978 e 1998. Segundo o instituto, esse aumento foi causado sobretudo pelo divórcio ou pela viuvez. De acordo com a pesquisa, o fenômeno é predominantemente feminino, pois os homens têm maior tendência a se casar de novo quando se separam ou ficam viúvos.

“Família não é um modelo, é um sentimento de pertencimento”, diz Márcia Mamede. Segundo ela, mesmo nos núcleos tradicionais, o papel exercido pelos pais tem sofrido alterações significativas. Essas mudanças precisam ser levadas em conta na hora de discutir o desenvolvimento infantil. “No entanto, seja qual for a sua configuração, a família continua sendo a instituição social responsável pelos primeiros cuidados, pela proteção e pela educação da criança pequena. Ao mesmo tempo, o primeiro canal de iniciação dos afetos, das relações sociais e das aprendizagens para a criança”, afirma a educadora, em seu texto.

Garantia dos direitos

Márcia Mamede ressalta que é na família, portanto, que a criança começa a ter seus direitos garantidos. Mas, para cumprir com esse dever, a família precisa ter seus direitos básicos assegurados, o que, infelizmente, não acontece no Brasil. De acordo com dados do IBGE, de 1999, aproximadamente 30% das famílias brasileiras com crianças de até seis anos de idade vivem com uma renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo.

“Além das oportunidades sociais e econômicas, a família precisa ter acesso a informações atualizadas sobre desenvolvimento infantil”, destaca a especialista. Tais informações incluem os cuidados com a saúde e a alimentação, a imunização contra doenças, a prevenção de acidentes, a higiene bucal, do corpo e do ambiente. Também é necessário, segundo Márcia, valorizar as próprias oportunidades educativas presentes no cotidiano de cada família. Elas estão associadas tanto com o tipo e a qualidade das interações interpessoais quanto às atividades mediadas pelo adulto e por outras crianças.

Nesse trabalho de estímulo do desenvolvimento infantil, os profissionais de saúde têm papel importantíssimo. “São eles os primeiros a atender as famílias e suas crianças. Por isso, é fundamental que estabeleçam um diálogo sobre as necessidades e peculiaridades da criança desde as consultas de pré-natal, continuando essa troca nas consultas de acompanhamento do desenvolvimento infantil”, sustenta Márcia. E essa articulação entre família e os serviços de educação e saúde contribui para a criação de uma cultura de desenvolvimento infantil nas comunidades.

A VOZ DA REDAÇÃO

Subeditora do Caderno Gabarito, do *Correio Braziliense*, Ana Sá já trabalhou no *Jornal de Brasília* e foi coordenadora de pauta da ANDI.

*A cobertura da Educação Infantil ainda é pontual. Os veículos só abordam esse assunto em ocasiões como acidentes e início do ano letivo. O que fazer para mudar isso? Uma das estratégias para mudar é investir na qualificação dos jornalistas. Desde 2001, quando a Fundação Orsa e a ANDI promoveram o seminário *A Cidadania Antes dos 7: O papel da imprensa nos primeiros seis anos de vida de um brasileiro*, alguns veículos já abordam o tema com novo olhar. Eu mesma, com uma equipe de repórteres do *Jornal de Brasília*, produzi um caderno especial sobre o assunto, que foi finalista do *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*.*

A pauta sobre creches e pré-escolas tem potencial para crescer nas redações? É preciso lembrar que o investimento nesse nível de ensino é relativamente recente, apesar de os jardins de infância existirem desde 1877. A nova LDB, no entanto, abre a perspectiva para uma conquista histórica: o direito da criança pobre também ter acesso à creche e a pré-escola, e de qualidade. O assunto merece tratamento especial e tenho certeza que começa a entrar na pauta dos jornalistas.

A VOZ DA REDAÇÃO

Vera Lúcia Fiordoliva é repórter da *Rádio Eldorado*, de São Paulo, e professora de *Rádio-Jornalismo* da Faculdade Casper Líbero.

Que aspectos são levados em conta numa reportagem sobre Educação Infantil? O tema Educação Infantil entra na pauta do dia-a-dia apenas quando existe "um gancho", como a inauguração de uma creche. Nesses casos, a matéria fica basicamente no factual. E as questões abordadas são as condições de funcionamento da escola e o número de crianças que o estabelecimento vai atender. Dificilmente a reportagem discute os métodos pedagógicos.

Apesar de a Educação despertar cada vez mais interesse na mídia, as pautas sobre creches e pré-escolas ainda não são notícia. Por quê? Lamentavelmente é uma questão de prioridade, que não é dada à Educação Infantil. Como apontei, o tema só entra na pauta da redação quando uma autoridade, geralmente a prefeita ou o governador, participa da inauguração de uma creche, por exemplo. Além disso, a imprensa acompanha para repercutir outros assuntos que estão na agenda oficial. Não raro a nova creche é citada no pé da matéria. Então, a Educação Infantil acaba sendo explorada com mais detalhes em programas de entrevistas da rádio ou em séries especiais. Mesmo assim, ainda com pouca frequência.

Caminhos para Aprimorar a Cobertura

RECOMENDAÇÕES PARA O JORNALISTA

- A escola é o lugar mais indicado para encontrar personagens centrais da matéria, como pais, alunos e associações. No entanto, há dificuldades de acesso dos jornalistas aos centros de Educação Infantil, devido a questões políticas ou à burocracia, mesmo em reportagens sem enfoque negativo. Diretores desconfiam do jornalista, com medo de sofrer punições. Em muitos casos, eles nem mesmo fornecem contatos das Associações de Pais e Mestres. É necessário, portanto, construir uma boa relação com essas fontes para tentar furar, aos poucos, o bloqueio gerado pela desconfiança.
- Deve-se tratar a criança como fonte protagonista, com características e raciocínios peculiares. E não induzi-la à resposta nas entrevistas, pois ela possui um tempo de compreensão próprio.
- Procure estimular e cobrar funcionalidade das creches e pré-escolas, revertendo a lógica de não ouvi-las porque “teriam pouco a oferecer”.
- Boas pautas são geradas quando conhecemos experiências de Educação Infantil *in loco*.
- Procure eleger lideranças comunitárias como fontes importantes, buscando os vários lados de uma mesma história.

SUGESTÕES DE PAUTA I

Creches e pré-escolas

- Qual o atendimento prestado às crianças nas creches e pré-escolas irregulares? Qual o impacto das seqüelas do mau atendimento no desenvolvimento das crianças?
- É importante investigar também a qualidade da merenda oferecida nos colégios. É um menu balanceado, feito com a consultoria de nutricionistas? As crianças o aprovam? Sabe-se que um lanche pouco ou nada nutritivo pode comprometer o aprendizado. Além disso, há a questão das cantinas. É inquestionável o fato de que as crianças estão comendo cada vez mais guloseimas. O colégio se preocupa com isso? Qual é o papel dos pais e dos professores na educação por uma dieta mais saudável?
- Vale investigar como as crianças vêm seus professores e seus orientadores educacionais. Esse pode ser um ótimo caminho para estimular reformas em modelos educativos ineficientes.
- Qual o custo da ausência da formação infantil para a sociedade? Até que ponto a falta de investimento consistente em educação gera conseqüências nocivas não somente para o indivíduo, mas também para toda a coletividade?

- Lançar um olhar atento sobre a primeira infância nos orfanatos é uma pauta que rende reflexões importantes em benefício dessas crianças, que precisam de incentivos extras para avançar em seu desenvolvimento.
- É uma boa idéia conferir como tem ocorrido o processo de inclusão social da criança com necessidades especiais de aprendizagem no âmbito das escolas regulares de Educação Infantil.
- Qual a razão de determinadas creches ou pré-escolas públicas serem melhores do que outras da mesma rede de ensino? Seriam os pais os responsáveis pelo bom desempenho? Seria a comunidade?

SUGESTÕES DE PAUTA II

O lar e outros ambientes

- Como famílias de baixa renda, com poucos recursos financeiros e com deficiências em termos de formação educacional e cultural, podem estimular o desenvolvimento dos seus filhos?
- Qual a dinâmica dos papéis dos pais e das mães no processo de desenvolvimento educacional dos filhos. Em que grau, e com que peculiaridade, os progenitores podem contribuir?
- Responsabilidades dos pais, com divisão de papéis e deveres, são essenciais ao desenvolvimento dos filhos. Como dar atenção a eles, se há cada vez menos tempo inclusive para lazer, quanto mais para orientá-los?

- Psicólogos questionam a “metodologia” da palmada como forma de educar. A partir dessa discussão, é possível investigar os métodos mais modernos e eficientes de educar as crianças.
- Os professores estão preparados para detectar sinais de maus-tratos nos alunos? Qual é o papel da escola na questão da violência doméstica?
- De que forma a violência afeta o desenvolvimento escolar da criança?
- Medos infantis: eles parecem inofensivos, mas podem gerar sérios comprometimentos à psique das crianças e afetar o aprendizado.
- Quais os espaços disponíveis às crianças nas grandes cidades? Com certeza, crianças criadas ou educadas nos limites restritos de um apartamento sofrem interferências no seu processo de desenvolvimento. Deve-se avaliar os impactos dessa situação.
- Quais são as preferências das crianças na programação televisiva? A partir dessa aferição, pode-se começar uma discussão a respeito de seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil.
- Nem sempre o “vovô sabe tudo”. Portanto, é preciso investigar a qualidade e o impacto da informação/formação que familiares estão passando à criança.
- Crianças de classe média também estão abandonadas? É um bom tema para ser apurado, uma

vez que o ritmo da vida moderna muitas vezes isola os pais, que trabalham fora, de seus filhos. Por esse caminho, pode-se investigar o mundo da criança de famílias ricas ou de classe média em contraponto ao mundo da criança pobre. Isso mostrará a diferença da Educação Infantil nas diferentes classes.

- Uma boa idéia é comparar realidades distintas (na casa e na escola) de crianças de classe média ou alta com a realidade vivida por meninos e meninas de famílias pobres.
- Como deve ser a relação do pai com o bebê nos seus primeiros meses de vida? Como promover a aproximação do pai com o filho nessa fase? Qual é o papel da mãe na construção desse relacionamento? O pai precisa estar tão próximo quanto a mãe?
- Gestos de incentivo e de aprovação, por parte dos pais, podem auxiliar no desenvolvimento educacional das crianças. Em que nível o afeto contribui para o aprendizado?
- Ao nascer, a criança já possui direitos que, muitas vezes, nem mesmo os pais conhecem. Quais são eles?
- Qual o grau de importância da “brincadeira” e do lazer no desenvolvimento das crianças? E como estimular essa ação?
- Um bom caminho está em interpretar e publicar resultados de pesquisas que estudem o impacto das condições de habitação no desenvolvimento infantil.
- Quais as necessidades diárias nutricionais das crianças e como educá-las para que tenham uma alimentação saudável? Que iniciativas existem na comunidade para melhorar a dieta das crianças? Vale investigar os exemplos de participação delas na elaboração da merenda e nas hortas escolares.
- Como a família recebe e cuida de crianças com deficiências? Como estimulá-las a aprender? Quais as dificuldades de sua adaptação ao meio externo? Há políticas públicas para atender essas pessoas?
- Como a família se organiza para cuidar das crianças? Quais os benefícios de viver em famílias grandes, com níveis de convivência mais amplo e fraterno (tios, avós, primos etc)?
- Quais as conseqüências para a criança que cresce sem a presença da figura paterna ou materna? Quais os cuidados?
- Investigar como a criança reage às transformações no núcleo familiar, às separações de casais e à relação com os novos parceiros dos pais.
- Por que nossas crianças estão ficando deprimidas? Investigar a incidência do problema, suas causas, conseqüências e possibilidades de superação.
- Como os pais podem usar os meios de comunicação a favor das crianças? De que forma se pode interagir com meios eletrônicos, para que elas não fiquem passivas diante da TV?

4

Comportamento Editorial

O debate sobre a importância da Educação Infantil não tem mobilizado os jornais brasileiros. Em alguns estados, a visão oficial ainda domina a cobertura



APESAR DAS MUDANÇAS LEGAIS QUE CONFERIRAM À EDUCAÇÃO INFANTIL UMA NOVA CONCEPÇÃO, INTEGRANDO-A AO SISTEMA DE ENSINO BÁSICO DO PAÍS, AS DISCUSSÕES EM TORNO DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS AINDA NÃO GANHARAM UM LUGAR DE DESTAQUE NA AGENDA SOCIAL DO BRASIL. PROVA DISSO É O COMPORTAMENTO DA IMPRENSA EM RELAÇÃO A ESSA TEMÁTICA. A ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA COORDENADA PELA ANDI, QUE AVALIOU O TRATAMENTO DADO AO ASSUNTO PELA MÍDIA AO LONGO DO ANO 2000, MOSTRA QUE É PEQUENO O NÚMERO DE ARTIGOS, EDITORIAIS E ENTREVISTAS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL. SABE-SE QUE ESSE TIPO DE TEXTO É UMA FERRAMENTA FUNDAMENTAL PARA TORNAR MAIS QUALIFICADO O DEBATE EM TORNO DE DETERMINADO TEMA.

TAMBÉM CHAMA A ATENÇÃO O LIMITADO NÚMERO DE REPORTAGENS ASSINADAS. EM MAIS DA METADE DOS TEXTOS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR O SEU AUTOR. A ASSINATURA DE UMA MATÉRIA REVELA O GRAU DE IMPORTÂNCIA QUE O VEÍCULO CONFERE A CERTA TEMÁTICA. ISSO PORQUE ENTRE OS CRITÉRIOS ADOTADOS PELAS REDAÇÕES PARA ASSINAR UM TEXTO ESTÃO O INEDITISMO DO ASSUNTO E O TRATAMENTO DIFERENCIADO DADO AO TEMA PELO JORNALISTA — DOIS PARÂMETROS QUE INDICAM A QUALIDADE DE UMA MATÉRIA. OU SEJA: SE EXISTEM POUCAS REPORTAGENS ASSINADAS SOBRE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS, PODEMOS LEVANTAR A HIPÓTESE DE QUE TAMBÉM HÁ UM REDUZIDO NÚMERO DE MATÉRIAS CONSISTENTES, INÉDITAS, QUESTIONADORAS E INSTIGANTES SOBRE ESSE ASSUNTO.

É uma característica inerente aos jornais diários estar sempre em busca de fatos considerados “quentes”, ou seja, de novidades capazes de chamar a atenção dos leitores. Por esse motivo, a maioria dos veículos acaba caindo na armadilha de produzir reportagens meramente factuais, abordando um acontecimento específico sem se preocupar em ir além do que foi dito ou anunciado em determinada ocasião. Por exemplo: ao cobrir a inauguração de uma creche, muitas vezes, perde-se a oportunidade de investigar a qualidade da proposta pedagógica, o tipo de merenda escolar oferecido, a formação dos profissionais que ali trabalham, a relação dos familiares das crianças e da comunidade em geral com aquele novo estabelecimento, dentre outros aspectos.

AS DESIGUALDADES REGIONAIS

Os dados do *Censo da Educação Infantil*, realizado no ano 2000 pelo MEC, revelam as disparidades entre as diversas regiões brasileiras no que diz respeito à qualidade dos serviços de creche e pré-escola. Ao analisar essa radiografia da Educação Infantil no Brasil, percebe-se claramente que as instituições do Norte e do Nordeste do País são as que apresentam piores condições de atendimento.

Alguns exemplos são significativos: apenas 24% das creches do Nordeste e 23,2% do Norte têm brinquedotecas, enquanto esse índice já alcança 60,9% no Sudeste. O cenário registrado nas pré-escolas é ainda pior. Somente 12,3% desses estabelecimentos no Nordeste e 11,8% no Norte possuem brinquedotecas. No Sudeste, o número é de 40,9%.



Entre os 769 textos analisados pelos consultores da pesquisa, apenas 2% são de artigos, 0,8%, de editoriais e 0,7% de entrevistas.



A pesquisa realizada pela ANDI e seus parceiros sobre a cobertura de creches e pré-escolas revela: entre as reportagens, que representam 94,7% dos 769 textos avaliados, 40,5% têm abordagem factual. É positivo, porém, ver que 4,2% dessas matérias se preocupam em contextualizar a situação. Contudo, apenas 3,3% têm enfoque avaliativo e 8,5% trazem propostas (*veja as tabelas na página 97*).



Em 50,8% das reportagens analisadas não foi possível identificar o autor. Em algumas regiões, a situação é mais preocupante. No Norte, Nordeste e Sul, os índices de matérias sem donos ultrapassam 60%, contrastando com os 35% da região Sudeste. Muitas vezes, esses textos são a reprodução de material de agências noticiosas sem a explicitação de tal uso nem a contextualização local do assunto tratado (*veja tabela na página 97*).

As diferenças não param por aí. As creches e as pré-escolas do Norte e do Nordeste contam com um número bem menor de bibliotecas, parquinhos, viveiros, hortas, brinquedos e jogos didáticos na comparação com outras regiões do País (*veja tabelas nas páginas 32 e 33*). Esses recursos são imprescindíveis para garantir o pleno desenvolvimento de meninos e meninas entre zero e seis anos.

COBERTURA AINDA ESTÁ DISTANTE DA REALIDADE

Diante de tantas carências em certas localidades do País, era de se esperar que a imprensa desses lugares adotasse um comportamento mais propositivo e questionador. Infelizmente, não é o que acontece. Agrupando-se por região os jornais analisados pela pesquisa *Mídia e Educação Infantil*, verifica-se, por exemplo, que a cobertura realizada no Norte do País é a que traz maiores índices favoráveis aos diferentes níveis de governo. O Nordeste vem em seguida.

É importante destacar que nas regiões com altos percentuais de matérias favoráveis ao governo há uma tendência de se mostrar apenas o lado oficial – uma postura que, obviamente, não contribui para a melhoria da qualidade da Educação Infantil oferecida nesses locais.

Poucos atores

É possível verificar que nas regiões Norte e Nordeste, onde aparecem os mais altos índices de material favorável aos governos, também as principais fontes são as governamentais. A pouca variedade de atores ouvidos inibe uma maior diversidade de informações sobre o tema. Melhorar a qualidade da cobertura jornalística implica, entre outras coisas, em uma mudança do viés oficialista.

É necessário ressaltar que no ano 2000 aconteceram as eleições municipais (para prefeitos e vereadores). Trata-se de um período em que os governos aproveitam para aumentar o ritmo de inaugurações de creches e pré-escolas, permitindo que se exponham mais no noticiário sobre o assunto. Mais um motivo para exercer a visão crítica.

ABORDAGEM PARCIAL

Entre os 14 jornais que apresentaram índices de participação superiores a 3% no universo da pesquisa realizada pela ANDI e seus parceiros sobre a cobertura de Educação Infantil em 2000 (*veja o quadro geral dos veículos na página 16*), as diferenças regionais voltam a se manifestar. Desses 14 veículos, seis são da região Sudeste e apresentaram, todos, índices de matérias críticas superiores aos de favoráveis, assim como elevados percentuais de textos neutros.

No caso dos oito jornais das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, seis apresentaram em suas reportagens mais inserções favoráveis ao governo, sendo que em quatro deles os números foram superiores a 40%.

QUEM SÃO OS DONOS DOS TEXTOS?

RESPONSÁVEIS PELAS MATÉRIAS	REGIÃO					TOTAL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
Reportagem local	0,9%	1,2%	4,2%	6,7%	-	2,8%
Redação	0,9%	-	0,4%	8,6%	-	1,4%
Sucursais	6,0%	1,2%	2,5%	-	-	2,1%
Agências de notícias	7,8%	2,1%	3,0%	2,9%	-	3,2%
Repórter/redator/colunista/articulista	19,8%	30,6%	54,4%	49,5%	36,7%	39,5%
Outros responsáveis que assinam a matéria	-	-	0,4%	1,0%	-	0,3%
Não foi possível identificar o responsável	64,7%	64,9%	35,0%	31,4%	63,3%	50,8%

TIPO DE MATÉRIA	PERCENTUAL NO UNIVERSO ANALISADO	FORMA DE ABORDAGEM DO TEMA				
		Factual	Contextual	Descritiva	Avaliativa	Propositiva
Informativa-Reportagem	94,7%	40,5%	42,0%	5,7%	3,3%	8,5%
Informativa-Notas	1,1%	50,0%	37,5%	12,5%	-	-
Informativa-Outros	0,3%	-	100,0%	-	-	-
Opinião-Artigos Assinados	2,0%	-	-	-	57,1%	42,9%
Opinião-Colunas	0,5%	-	25,0%	-	75,0%	-
Opinião-Editoriais	0,8%	-	-	-	100,0%	-
Entrevista-Dirigente na área de educação	0,4%	-	66,7%	-	33,3%	-
Entrevista - Especialista	0,3%	-	100,0%	-	-	-

PRESENÇA DAS TRÊS ESFERAS DO EXECUTIVO COMO FONTE, CONFORME AS REGIÕES

REGIÃO	EXECUTIVO COMO FONTE
Norte	39,8 %
Nordeste	36,1 %
Sudeste	30,5 %
Centro-Oeste	26,7 %
Sul	21,7 %
Brasil	32,2 %

Enquanto nos veículos das regiões Sul e Sudeste os percentuais de reportagens favoráveis às ações do governo são menores que 30%, no Norte e no Nordeste esses índices são bem maiores. No caso da região Norte, beira os 50%. Também é no Norte do País que há um maior volume de matérias cujas fontes principais são os representantes do Poder Executivo.

COMO OS JORNAIS BRASILEIROS SE POSICIONAM DIANTE DO PODER EXECUTIVO QUANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL ESTÁ NA PAUTA

REGIÃO	TRATAMENTO PARA COM O GOVERNO		
	Favorável	Desfavorável	Neutro
Norte	48,3%	16,9%	34,8%
Nordeste	43,6%	14,4%	42,1%
Sudeste	24,7%	25,8%	49,5%
Centro-Oeste	30,6%	18,8%	50,6%
Sul	28,9%	17,8%	53,3%
Média	35,3%	19,3%	45,4%

**OS JORNAIS QUE MAIS PUBLICARAM MATÉRIAS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL
E SUAS POSIÇÕES EM RELAÇÃO AO PODER EXECUTIVO**

JORNAL	REGIÃO	FAVORÁVEL	DESAVORÁVEL	NEUTRA
Diário de Natal - RN	Nordeste	45,8%	2,1%	52,1%
Jornal de Brasília - DF	Centro-Oeste	41,7%	20,8%	37,5%
Diário do Nordeste - CE	Nordeste	20,0%	43,3%	36,7%
Correio Popular - SP	Sudeste	20,8%	43,3%	36,7%
O Estadão do Norte - RO	Norte	70,8%	8,3%	20,8%
Estado de Minas - MG	Sudeste	17,6%	29,4%	52,9%
Folha de S.Paulo - SP	Sudeste	23,1%	26,9%	50,0%
O Estado de S.Paulo - SP	Sudeste	13,0%	26,1%	60,9%
O Popular - GO	Centro-Oeste	17,4%	39,1%	43,5%
Jornal da Tarde - SP	Sudeste	13,0%	26,1%	60,9%
O Povo - CE	Nordeste	44,4%	27,8%	27,8%
O Liberal - PA	Norte	21,1%	15,8%	63,2%
Correio Braziliense - DF	Centro-Oeste	16,7%	11,1%	72,2%
Diário Popular - SP	Sudeste	22,2%	33,3%	44,4%

As diferenças regionais da cobertura voltam a se manifestar quando analisamos os jornais que estão entre aqueles que mais publicaram matérias sobre Educação Infantil em 2000. Todos os seis veículos da região Sudeste apresentam maiores índices de reportagens críticas ao governo do que de favoráveis. Já no caso dos jornais do Centro-Oeste, Norte e Nordeste prevalecem os textos mais condescendentes com as ações governamentais. Chama a atenção a performance de O Estadão do Norte, cujo índice de textos favoráveis ao governo foi de 70,8%.

A VOZ DA REDAÇÃO

A repórter Ana Célia Ossame, do jornal *A Crítica*, de Manaus, é formada em jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas e há 20 anos atua na área de comunicação. Ana Célia já foi vencedora do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, em parceria com Lúcia Carla Gama.

A pesquisa Mídia e Educação Infantil mostrou que os jornais do Norte do País têm um alto índice de matérias favoráveis ao governo. Existem meios para driblar esse viés governamental? As redações têm hoje um quadro reduzido de pessoal e isso acaba contribuindo para a publicação de grande número de *releases* elaborados pelas assessorias de imprensa. Além disso, temos de trabalhar de acordo com a linha editorial do jornal que, na maioria das vezes, recomenda esse tipo de pauta. Outro ponto é a dependência quase que exclusiva dos dados do governo para montar as reportagens, sem poder contar com uma análise crítica e contextualizada dos problemas, por falta de fontes qualificadas e acessíveis. Mesmo assim, em *A Crítica*, quando temos oportunidade de acesso a pesquisas de instituições e ONGs, conseguimos espaço para mostrar o outro lado da moeda.

A grande mídia não costuma retratar a realidade dos municípios. Quando faz matérias sobre o tema, restringe-se às capitais e às cidades da região

metropolitana. O que fazer para mudar essa ótica? É redundante falar do tempo para se preparar uma matéria. Geralmente as pautas são para “ontem” e procurar fontes qualificadas para comentar sobre esse assunto nas universidades e nas instituições gasta muito desse tempo que já não temos. Para encurtar a operação, acabamos consultando as fontes de sempre.

Além disso, no Amazonas, onde há 62 municípios, temos a questão da dificuldade geográfica. Aqui, as estradas, em sua maioria, são os rios. Para chegar a alguns municípios, é preciso fazer viagens de barco cuja duração é de vários dias. São grandes distâncias que acabam inviabilizando o jornalismo provocativo e investigativo.

É possível furar esse “bloqueio” geográfico? Quando há uma pauta boa, o jornal costuma investir em viagens, mas isso não é regra. Na Amazônia, não se tem informação dos acontecimentos em tempo real e mesmo que tivéssemos, há a impossibilidade de acesso aos locais. É como se tivéssemos um outro País. Nós, jornalistas, não podemos contar as histórias do cotidiano desse povo por não termos os meios para chegar até ele.

REVISTAS: CRECHES E PRÉ-ESCOLAS AINDA SÃO UMA PAUTA TÍMIDA

A pesquisa *Infância na Mídia*, realizada pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna, com o apoio do Unicef, acompanha, desde 1996, as matérias sobre crianças e adolescentes veiculadas em várias revistas de circulação nacional. Em 2000, as publicações *Amanhã*, *Cláudia*, *Criativa*, *Época*, *Exame*, *Istoé*, *Marie Claire* e *Veja* totalizaram, juntas, mais de 800 textos sobre infância e adolescência. A Educação Infantil, no entanto, teve apenas 15 inserções como assunto principal de reportagens, editoriais ou artigos nesses veículos.

Apesar do pequeno espaço que creches, pré-escolas e outros estabelecimentos que cuidam e educam crianças de zero a seis anos ocuparam nessas publicações, parte dos equívocos apontados no estudo das 769 matérias de jornais impressos aparece nos textos das revistas.

Uma reportagem sobre o aumento do número de crianças nordestinas frequentando a pré-escola, por exemplo, traz dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que em Recife 77% das crianças nessa faixa etária estão matriculadas, enquanto a média nacional é de 58%. Uma das conclusões, entretanto, é que “essas crianças estão sendo mais bem preparadas para ingressar no ensino fundamental”.

A pré-escola não tem como função preparar a criança para o ingresso na etapa seguinte de ensino, mas sim permitir que ela desenvolva capacidades emocionais, cognitivas, lingüísticas, artísticas que, nessa faixa etária, têm mais chances de serem

estimuladas. Quando os estabelecimentos que atendem crianças de quatro a seis anos tentam imitar a escola, aspectos pedagógicos fundamentais tendem a ser ignorados.

Foco apenas na negligência

A exemplo dos jornais, na cobertura da tragédia de Uruguaiana, em que 12 crianças morreram vítimas de um incêndio em uma creche em 2000, o foco ficou exclusivamente na negligência que causou esse acidente. O episódio não despertou questionamentos sobre as condições oferecidas para a formação das próximas gerações. A creche tinha, segundo um dos textos, 117 crianças matriculadas e nenhum extintor de incêndio nas paredes.

A observação, absolutamente pertinente, não foi estendida a aspectos imprescindíveis para um estabelecimento que, pela lei brasileira, deve oferecer um ambiente adequado para o desenvolvimento infantil. Isso é indissociável das condições de segurança e higiene, mas de nenhuma maneira pode ser desligado das questões pedagógicas. Quais eram as atividades realizadas na creche? Como era aproveitado o espaço? Como eram os brinquedos? Qual a formação dos profissionais que trabalhavam no local? Em suma, o leitor continua subinformado dessas reportagens sobre o tema da Educação Infantil.

Artigo

FALTA VISIBILIDADE PARA O QUE DEVERIA SER PRIORIDADE

por Anna Penido*

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, de 1996, municipalizou e garantiu um novo enfoque à Educação Infantil indicando a obrigatoriedade de creches e pré-escolas deixarem de ser meros depositários de crianças para se tornarem espaços de desenvolvimento integral daquelas com idade entre zero e seis anos. Distantes do novo marco legal, os municípios da Bahia e de Sergipe pouco se mobilizaram até agora no sentido de elaborar políticas de atendimento para essa faixa etária.

Seguindo a mesma tendência, a cobertura na área da Educação Infantil é praticamente inexistente. Em 2001, foram apenas 51 textos na Bahia e 28 em Sergipe. O total equivale a 3% das matérias sobre Educação publicadas no mesmo período, numa clara demonstração de que a questão é bastante desprestigiada em comparação a outros níveis de ensino. Nos jornais baianos, a Educação Infantil ocupa a 11^a posição entre os 18 temas em que se divide a classificação dos assuntos associados à Educação. Nos sergipanos, o tema cai para a 15^a colocação.

Abordagem superficial

A maioria das matérias é factual e somente informa sobre a situação de creches localizadas em comunidades populares, tanto as que são inauguradas ou reinauguradas pelo prefeito quanto as que estão em situação de absoluta precariedade e tentam sensibilizar a população para que as ajude a não fechar as portas. Em ambos os casos, surpreende o fato de os jornalistas não irem mais a fundo quando um dirigente justifica que os seus funcionários não têm o perfil ou o nível de formação estabelecido pela LDB, afirmando que “são pessoas dignas”. É fundamental que a sociedade se conscientize de que, nessa faixa etária, etapa em que as crianças estão mais desprotegidas e vulneráveis e quando uma parte importante e irreversível do seu desenvolvimento se processa, não há como deixá-las sob a responsabilidade de pessoas com apenas “boa intenção”.

Reportagens que trazem dados mais reveladores, tanto em relação a novos conceitos quanto a números referentes ao atendimento, geralmente têm como fonte o Ministério da Educação. No nível local, prêmios nacionais conseguidos por professores ou instituições da região, como o do próprio MEC e o da Fundação Orsa, dão destaque a experiências bem sucedidas, que, sem esse reconhecimento, provavelmente continuariam no anonimato.

Qualidade nas páginas de opinião

Destacam-se também alguns bons artigos de educadores locais que tentam orientar e provocar os leitores para discussões de leis e diretrizes federais, tais como a LDB, as Referências Curriculares Nacionais de Educação Infantil, o

Estatuto da Criança e do Adolescente e até mesmo a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, que assegura direitos aos filhos da mulher trabalhadora. Essas citações, que deveriam se estender a todas as matérias sobre a Educação Infantil, são essenciais para esclarecer a população sobre seus direitos e os novos paradigmas que passaram a envolver o atendimento de crianças pequenas.

Uma vez que esse serviço foi municipalizado, também se torna imprescindível que a mídia local acompanhe as ações que são desenvolvidas no âmbito da sua cidade. Os jornalistas precisam investigar se existe uma política municipal que defina e articule as iniciativas nessa área, se ela tem coerência com a legislação vigente e se está sendo implementada pelas secretarias, entidades e profissionais responsáveis.

Devem estar atentos também ao fato de muitos dos municípios continuarem adiando a elaboração de políticas e programas nesse setor à espera de uma nova linha de financiamento do Governo Federal, popularmente batizada de "Fundefinho", numa alusão ao Fundef, que repassa recursos para os municípios em razão do número de alunos matriculados nas escolas públicas de 1ª à 8ª série.

Apoiando os jornalistas

Na tentativa de facilitar o acesso da mídia a essas informações, a Cipó – Comunicação Interativa, agência da Rede ANDI que atua na Bahia e em Sergipe, tem acompanhado de perto a articulação feita pelo escritório local do Unicef com as Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e do Trabalho e Assistência Social de Salvador, da qual resultou um

documento que deverá embasar uma possível política de desenvolvimento infantil para a capital baiana.

A agência participa ainda de fóruns da sociedade civil sobre o atendimento a crianças de zero a seis anos, com o objetivo de dar visibilidade imediata às discussões e às ações em curso. Também busca orientar as organizações e os profissionais envolvidos no processo para que estabeleçam uma maior proximidade com os veículos de comunicação local. A idéia é que a mídia venha a compreender mais profundamente não apenas os novos conceitos relacionados à Educação Infantil, mas também o tipo de contribuição que pode dar para a melhoria da qualidade desse serviço.

**Anna Penido é Diretora-Executiva da Cipó Comunicação Interativa, de Salvador. A ONG integra a Rede ANDI de Comunicadores pela Infância.*

Recomendações para as Fontes de Informação

A qualidade da cobertura jornalística sobre determinado tema não é uma responsabilidade só dos profissionais de imprensa. As fontes cumprem um papel fundamental nesse processo. Elas devem ter consciência de que a informação é um bem público e que, portanto, precisa ser compartilhado com a sociedade. A seguir, algumas orientações para que esses atores possam melhor desempenhar sua missão.

- Instituições governamentais, não-governamentais, entidades privadas e universidades devem criar ou indicar bancos de dados ágeis, de fácil acesso, que permitam aos jornalistas consultas e comparações de dados oficiais com os de fontes diversas.
- Também é importante que as fontes de informação estabeleçam parcerias com as faculdades de Jornalismo, estimulando atividades e discussões sobre a Educação Infantil e sua importância no contexto social.
- Esses atores devem procurar motivar as empresas jornalísticas para o investimento na especialização de seus profissionais na área de educação, viabilizando a participação em seminários e cursos, os contatos com fontes fora da redação e a inscrição em prêmios e concursos relacionados à interface mídia/infância.
- Em outra frente de atuação, as entidades que trabalham na área da Educação Infantil podem

criar parcerias com os veículos de comunicação. Assim, elas terão como promover a capacitação dos jornalistas para uma cobertura qualificada dos temas relacionados a esse setor.

- Os atores sociais devem procurar pautar televisões e rádios, quando quiserem alcançar um público mais abrangente para os assuntos da Educação Infantil.
- É importante estimular a criação/consolidação de agências regionais de distribuição de notícias. Assim, os jornais do interior terão mais subsídios para produzir reportagens sobre a realidade local da Educação Infantil, comparando-a com o cenário nacional.
- É possível direcionar pautas especificamente para cada veículo, regional ou nacional, para que o repórter tenha tempo de trabalhar bem sua matéria.
- Uma boa pedida é criar e divulgar na internet um espaço de troca de informações entre especialistas e jornalistas, com sugestões de pauta, fontes, pesquisas e estatísticas.
- Em muitas regiões, as melhores fontes de informação não são necessariamente as educacionais. Alguns exemplos: federações agrícolas, sindicatos de trabalhadores, associações de municípios, pastorais da Igreja Católica, Rotary Clubs, dentre outros. É

essencial que esses atores tenham uma boa relação com a imprensa, ajudando a construir matérias consistentes e críticas sobre Educação Infantil.

● No contato com os jornalistas, as fontes de informação devem fazer um esforço para se expressar de maneira objetiva. Dar respostas curtas é uma forma de diminuir a possibilidade de equívoco nas reportagens. Ao dar entrevistas, é importante, por exemplo, que o especialista utilize exemplos claros para que leitores, ouvintes e telespectadores sejam provocados a entender seus novos direitos com a mudança das legislações na área da Educação Infantil. Também é fundamental traduzir pesquisas e termos científicos para a linguagem do cotidiano.

● Sempre que possível, o especialista deve optar por conceder entrevistas pessoalmente, em vez de falar com o repórter por telefone. Além de estreitar os laços entre a fonte e o jornalista, o contato pessoal enriquece a entrevista e pode diminuir os problemas de ruído na comunicação.

● As fontes podem e devem fornecer ao jornalista, quando for viável, material de suporte para a construção da matéria. Oferecer textos por escritos, gráficos e tabelas ajuda bastante o repórter na hora de escrever a reportagem.

● O especialista não deve nutrir a expectativa de ver estampada no jornal a íntegra da entrevista que concedeu ao jornalista. É fundamental entender que existem limitações de espaço nos meios de comunicação de massa e que os textos jornalísticos não têm a profundidade e o tamanho do material veiculado em publicações científicas.

● É importante evitar assumir uma postura de superioridade na relação com os jornalistas. Esse tipo de atitude não ajuda o profissional de imprensa a compreender melhor os temas relacionados com a Educação Infantil. Pode, inclusive, atrapalhar o bom relacionamento entre fonte e repórter, sendo capaz até de comprometer a qualidade da informação.

● Não é uma política de boa vizinhança pedir para ler a reportagem antes de ela ser publicada. O relacionamento entre fonte e jornalista deve ser pautado pela confiança. Se o especialista tem receio de que a informação saia equivocada, o melhor caminho é tentar esclarecer todas as dúvidas do repórter durante a conversa para coleta de dados. Além disso, é sempre bom se colocar à disposição do profissional de imprensa para esclarecer outras dúvidas que podem surgir depois da entrevista.

5